



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114
70150-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385

**Relatório da 14ª Reunião da Comissão Nacional
de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO**

Palácio do Planalto, Auditório do Anexo I, Brasília (DF), 07 de Abril de 2016

Dia 07.04.2016 - Plenária

Local: Palácio do Planalto, Anexo I, Auditório.

Período	Atividade
9h – 9h30	Abertura: <ul style="list-style-type: none">• Apreciação do relatório;• Apreciação da pauta da 14ª Reunião Plenária;• Saudação da Secretaria de Governo da Presidência da República (SG/PR).
9h30 – 10h15	Programa Aquisição de Alimentos (PAA Sementes) – Apresentação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretário da SESAN/MDS, Arnaldo Campos.
10h15 – 11h15	Programa Ecoforte – Apresentação de Resultados das atividades da Fundação Banco do Brasil e do BNDES e debate sobre perspectivas do programa. Diretor Executivo de Desenvolvimento Social da FBB, Marcos Frade, e Assessor da Presidência do BNDES, Francisco Oliveira.
11h – 12h	Participação no Ato “Mulheres com a Presidenta Dilma Rousseff”
12h – 13h30	Almoço
13h30 – 14h15	Monitoramento do Planapo 2 nos Territórios – Apresentação Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira.
14h15 – 15h	Planapo 2 – Apresentação CIAPO – Secretário da SAF/MDA, Onaur Ruano
15h – 16h	Planapo 2 - Destaques das STs à plenária – Apresentação Coordenadores/Relatores das STs (10’ para cada ST)
16h – 17h30	Planapo 2 – Debate
17h30 – 18h	Encaminhamentos Finais e Encerramento.

INFORMAÇÕES

1) Em relação ao debate do Planapo II:

- a. Solicitamos que cada ST faça a discussão do(s) Eixo(s) do Plano relacionado(s) ao tema da ST no dia 06/04, a partir do documento que será disponibilizado pela CIAPO com antecedência, conforme acordado;

- b. No dia 07/06, no período da tarde, a CIAPO fará a apresentação do Planapo II. Após a apresentação da CIAPO, cada ST terá 10 minutos para fazer considerações em relação ao Plano. Durante a fala dos representantes das STs, solicitamos, caso necessário, que sejam apresentados também pontos específicos das STs que necessitem de manifestação da plenária. Caso contrário, pedimos que os(as) coordenadores(as) encaminhem por escrito para a Secretaria Executiva da CNAPO, para priorizarmos o debate do Planapo II, que é o tema principal da reunião ordinária da CNAPO. Após a apresentação das STs, teremos o debate com todos os participantes da plenária.
- 2) Informamos ainda que teremos a instalação da ST Terra e Território, com a participação da FUNAI, sendo necessário no início da atividade da ST a escolha do(a) coordenador(a) e relatores(as).
- 3) (*) Haverá reunião da SG/PR, SDT/MDA, FBB, BNDES, EMBRAPA, MMA, Universidades e representantes da sociedade civil, para tratarem da proposta de monitoramento nos territórios.

Manhã

Rogério Neuwald, SG/PR, e Verônica Santana MMTR-NE

Solicitou-se que pessoas que estivessem participando pela primeira vez da reunião da CNAPO se manifestassem. Foram dadas as boas-vindas aos participantes e iniciados os trabalhos.

1. Proposta de alteração da pauta

- Apreciação do relatório;
- Comissão Especial para assuntos de aviação agrícola – MAPA abriu a possibilidade de participação de um representante até o final do dia dtirar o nome
- MDS e Sesan – PAA Sementes: Arnoldo fará apresentação;
- MMA – Ofício sobre a flexibilização das taxas de registro de produtos biológicos
- Relação da Mesa de Controvérsias sobre o Projeto Matopiba – Não foi possível encaminhar;
- Seminário de Políticas Públicas e Participação Social, que ocorrerá no dia 12/4, das 9h às 13h, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados Padre João, Frente Parlamentar de SAN, Deputado Angelim da Frente Parlamentar de Economia Solidária, Deputado Leonardo Monteiro, da Frente Parlamentar de Agroecologia e Produção Orgânica, Deputada Luciana Santos, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia, entre outros. Essa é uma iniciativa do Consea, que nós da CNAPO apoiamos junto com o Condraf e o Conselho Nacional de Assistência Social.
- Apreciação do Relatório – Aprovado sem ressalvas.
- Apreciação da pauta da 14ª Reunião Plenária

- Hoje haverá uma atividade da Presidenta Dilma com as Mulheres, e as mulheres da CNAPO comunicaram que irão participar, portanto interromperemos a Plenária às 11h, para que possam representar a CNAPO no evento com a Presidenta.
- Fala do Secretário Arnoldo, do MDS, sobre o PAA Sementes;
- Fala da FBB e do BNDES sobre o Ecoforte.
- **9h30 – 10h15 Programa Aquisição de Alimentos (PAA Sementes)** – Apresentação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretário da SESAN/MDS, Arnoldo Campos.
- **10h15 – 11h15 Programa Ecoforte** – Apresentação de Resultados das atividades da Fundação Banco do Brasil e do BNDES e debate sobre perspectivas do programa. Diretor Executivo de Desenvolvimento Social da FBB, Marcos Frade, e da Gerente do BNDES, Daniela Arantes Alves Lima.
 - O Secretário da SDT/MDA, Humberto, participará da Plenária de junho.
- **13h30 – 14h15 Monitoramento do Planapo 2 nos Territórios** – Apresentação Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira.
 - Às 14h, passamos diretamente à discussão do Planapo 2, com uma fala/apresentação do MDA, em seguida cada ST faz as suas considerações e abre-se o debate em plenária.

2. Saudação da Secretaria de Governo da Presidência da República (SG/PR).

Secretário Wagner Caetano falou a respeito da conjuntura e a importância de dar continuidade aos processos em andamento.

3. Programa Aquisição de Alimentos (PAA Sementes) - Apresentação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretário da SESAN/MDS, Arnoldo Campos.

2015 foi o primeiro ciclo de execução da nova modalidade, que foi concebida em um contexto de crítica forte dos órgãos de controle aos procedimentos operacionais. O PAA, de forma geral, vem sempre sendo aperfeiçoado, já tendo 74 edições de decretos.

2013 houve um ataque forte ao Programa, com ações da Polícia Federal e os órgãos de controle. Várias ações aconteceram, seja pela criminalização ou por fragilidades que davam brechas e isso era usado contra o Programa.

Estimular a agricultura familiar, alimento saudável, agroecológico. A questão das sementes era um tema chave, mas houve questionamentos, uma vez que a finalidade do Programa era comprar alimentos. Depois da edição de um decreto, em 2012, houve segurança jurídica para fazer essa compra e organizar melhor esse processo.

Análise quantitativa – Ver apresentação.

O maior desafio é aumentar o número de fornecedores. Muitas vezes abastecemos, por exemplo, o nordeste com sementes do sul, por não ter uma oferta organizada de sementes.

A Lei autoriza todos os entes públicos a comprar, como por exemplo, Estados e Municípios.

O maior desafio é entregar a semente antes da hora de plantar.

Há grande concentração das compras em milho e feijão.

A Bahia é um estado que já realiza a compra institucional de sementes. E não só de sementes, compram também manivas e mudas, por exemplo.

Qualquer ministério pode financiar o Programa, utilizando a plataforma da Conab ou efetuando a compra direta. Essa é uma maneira de aumentar os recursos para o Programa.

A Conab está trabalhando para elaborar um calendário para cadenciar a demanda, melhorar a metodologia de preços, etc.

Para esse ano, estamos nos desafiando a ampliar as compras de produtos agroecológicos, não só de sementes. Estamos discutindo a prioridade para o acolhimento de projetos de agroecologia, por exemplo.

Debate

Luciano Matos – Embrapa pediu esclarecimentos sobre o controle de qualidade das sementes, se já existe um protocolo metodológico e que papel instituições de pesquisa como a Embrapa podem exercer no apoio a esse controle.

Charles Reginatto – Reconhece os avanços, mas a operacionalização da modalidade está muito burocrática. Os problemas já foram relatados para o ministério. O Manual de Operações da Conab (MOC) precisa ser alterado para dar maior agilidade ao processo.

Consolación – Embrapa colocou que para povos e comunidades tradicionais o ideal seria trabalhar com a DAP jurídica e não com a pessoa física. A Conab possui uma expertise em logística muito grande. Essa experiência poderia ser aproveitada para que a compra fosse efetuada em um raio determinado, com as mesmas características edafoclimáticas, de 5Km por exemplo, para que a compra e a distribuição sejam feitas na mesma região. A adesão ao seguro seja gradativa, ou seja, a exigibilidade do seguro ser escalonada no tempo, de maneira que já tenha havido crescimento suficiente da produção.

Arnoldo colocou que os procedimentos operacionais são desafios importantes, no sentido de ajustar os prazos para que não haja prejuízos no campo; lembrou que, quanto às questões orçamentárias, os ministérios trabalham, de fato, com o orçamento que resta após o(s) contingenciamento(s) que ocorre(m), logo os recursos diminuem; considera como documento mais adequado a DAP individual, emitida pela própria sociedade e por órgãos de governo, mas o MDS está disposto a aceitar outros documentos; concorda com as questões levantadas quanto à logística, os esforços do MDS já são no sentido de comprar e distribuir localmente; e explicou que o seguro não é obrigatório.

Janaína, da Conab, esclareceu que quando se aplica o orçamento para a compra de sementes, deixa-se de comprar alimentos, então há uma concorrência que precisa ser considerada. A compra local é a primeira opção, mas quando não há sementes disponíveis procede-se a compra regional ou nacional.

Thiago, da Conab, complementou a questão da localização, dizendo que o primeiro critério de seleção é o da proximidade. Sobre os testes de qualidade, são considerados os fatores germinação, vigor e teste de transgenia (contaminação por transgênicos). Os testes são apresentados no momento da proposta de venda. A Conab, junto com o órgão demandante, realiza a coleta de amostras para confirmar os testes apresentados. Um desafio a enfrentar é o fato de que não existe padrão de qualidade para sementes crioulas, determinado por instrução normativa, o que leva a Conab a utilizar os padrões para sementes convencionais. As sementes crioulas têm uma especificidade própria, mas não podemos, por não ter uma IN, aceitar qualquer semente, logo se usa os padrões das convencionais.

Paulo Petersen, ABA, considera muito importante esse ponto, sobre uma iniciativa específica do Planapo, mas entende que é muito ilustrativa da necessidade de um plano articulador de políticas. A agroecologia trabalha com a adaptação dos genótipos ao meio ambiente, à natureza e à cultura local. Do ponto de vista de agroecologia, a questão da semente local é uma questão essencial, não é uma questão secundária. E o PAA Sementes não resolverá isso sozinho. Cabe um Plano, um conjunto de políticas articuladas, que permita a criação de redes locais de produção e distribuição de sementes locais. O PAA precisa ser articulado à ATER, a fomento, à Pesquisa participativa, enfim. O PAA precisa tornar essa questão das sementes locais uma meta e para isso precisa mudar os indicadores. Quantas organizações estão operando? A gente espera que sejam pequenas e muitas, ao invés de poucas e grandes. Em vez de volume de espécies, precisamos saber número de variedades. Aí está a possibilidade de avanço da agroecologia.

4. Programa Ecoforte

Apresentação de Resultados das atividades da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do BNDES e debate sobre perspectivas do programa. Diretor Executivo de Desenvolvimento Social da FBB, Marcos Frade, e da Gerente do BNDES, Daniela Arantes Alves Lima.

Rogério, SG-PR, lembrou que foi deliberação da última plenária da CNAPO o convite ao BNDES e à FBB para participação na CNAPO como convidados permanentes e agradeceu pela participação. BNDES e FBB são protagonistas do Programa Ecoforte na sua implementação, mas o Programa envolve vários ministérios e nós temos que cada vez mais aprimorar o relacionamento e a participação desses ministérios na execução e no apoio ao Programa.

Nessa Mesa serão apresentados os resultados das atividades da FBB e do BNDES, mas nosso objetivo é também colher, captar informações sobre a participação dos ministérios que fazem parte do Programa.

Daniela Arantes, BNDES, agradeceu o convite e a provocação positiva para que o BNDES, em conjunto com a FBB e diversos outros parceiros, participasse do Programa Ecoforte. O BNDES, com recursos do Fundo Social, já apoiava a agricultura familiar como um todo, mas havia a intenção de apoiar a agroecologia, portanto o BNDES abraçou essa demanda trazida pela sociedade e apresentada pelo MDA e pela SG-PR, em 2014.

O Ecoforte, mesmo com o pouco tempo que tem em curso, já apresenta resultados muito positivos. Resultados esses que nos convidam inclusive a fazer novas edições do Ecoforte. FBB e BNDES vêm conversando e já chegaram a consenso sobre o lançamento do Ecoforte 2. Já chegamos a um consenso sobre recursos orçamentários e o que falta é estabelecer a finalidade do apoio: se será para apoio às redes, às entidades ligadas a essas redes, enfim.

Não é uma decisão BNDES/FBB, será discutido com os diversos atores do processo, pois o envolvimento de várias entidades é o que faz do Ecoforte o sucesso que é hoje.

Foi um Programa desenhado para respeitar o estágio em que cada rede se encontra. O Programa tem uma abrangência muito grande, podendo apoiar a produção primária, a agroindustrialização, a etapa de comercialização, etc., de acordo com a demanda de cada rede. E isso também foi fruto de várias discussões e não só das duas entidades aqui presentes.

Não é à toa que hoje só temos resultados positivos a divulgar. Claro que temos que entrar em uma etapa de avaliação mais firme desses resultados, para justificar novas edições do Programa, não só o 2, mas outras que possam surgir.

Pediu desculpas por ter um compromisso em seguida, explicando que terá reunião com Ministro Patrus do MDA e um dos itens da pauta será justamente o Ecoforte 2.

Marcos Frade, FBB,

Resumo da atuação da FBB

Ações	Investimento Previsto (R\$)	Investimento Realizado (R\$)	Nº de Convênios	Participantes
Edital Ecoforte Redes	25 milhões	32,6 milhões	28	33.388
Edital Ecoforte Extrativismo	6 milhões	4 milhões	10	5.008
Edital Ecoforte Extrativismo 2016	8 milhões	-	-	-
Edital Juventude Rural	5 milhões	7,8 milhões	50	1.231
Promovendo Agroecologia em Rede	2 milhões	1,8 milhões	1	-
Total	46 milhões	46,2 milhões	89	39.627

A Oficina realizada com as redes nos dias 21 e 22/03 teve uma representatividade muito grande. Das 28 redes, 21 redes estavam presentes.

Destacou a importância de sistematizar e definir indicadores de resultados e impactos, para justificar as ações realizadas e possibilitar futuras ações.

A **FBB** e o **BNDES** anunciam a disponibilização de **R\$ 20 milhões** para novas ações no âmbito do Programa ECOFORTE. A discussão agora, que será coletiva, considerando os parceiros da sociedade civil e do governo, é se iremos apoiar as mesmas redes, novas redes (já que ficaram 22 a serem atendidas) ou empreendimentos ligados às redes selecionadas. Serão 10 milhões de reais do BNDES e 10 milhões de reais da FBB.

O vetor Agroecologia foi aprovado como prioridade no Planejamento 2016-2018 da FBB.

Debate

Paulo Petersen, ABA

Particpei da Oficina do Ecoforte, organizada pela ANA, onde foram apresentados 21 projetos, um de cada rede. A hipótese que havia, ainda na elaboração do Planapo, da necessidade da criação de um instrumento inovador, que tivesse o conceito de Redes Territoriais incorporado, se confirmou. Claro que existem diversidades, níveis de profundidade, mas os 21 projetos mostram características muito coerentes com um plano de articulação de políticas com foco territorial. Os projetos Ecoforte têm dado um ensinamento de como inovar para o conjunto do Planapo. Não pensar só no Programa em si. BNDES e FBB aceitaram o desafio conosco, de criar esse instrumento, que está mostrando sucesso em várias dimensões. A própria incorporação do conceito de redes, multiatores, com foco no território, que articula Estado, sociedade civil, que articula pesquisa, extensão, fomento, crédito, comercialização, produção, é a própria noção de rede: multiatores e referenciada a territórios. Isso é um conceito para pensar políticas públicas de forma geral, articulando juventude, mulheres, é uma inovação institucional. Nossas políticas são fragmentadas, elas têm dificuldades de se articular com referência a projetos localmente pelos atores. Ecoforte está ensinando que é possível fazer de forma diferente. A gente agradece muito o apoio que BNDES e FBB têm dado, mas o acordo original previa o aporte de recursos também pelos ministérios. Temos expectativa de que outros ministérios e órgãos envolvidos aportem recursos complementares para fortalecer o Programa. Além disso, aprender o que o Ecoforte tem ensinado, para pensar as outras iniciativas do Planapo.

Há, da parte da sociedade civil, conforme diálogo feito no seminário, um diagnóstico claro de que 20 milhões de reais são insuficientes, mas é uma chama acesa. O fato de que o Ecoforte permanece vivo, nessa conjuntura, é um sinal muito positivo de que estamos conseguindo demonstrar que esse é o caminho. É o caminho não só para a FBB e o BNDES, mas para o conjunto de órgãos envolvidos na execução do Planapo. Por isso precisamos aprofundar esse debate e fazer com que, assim como citamos na audiência com o Ministro Patrus, e vou citar a fala do Laércio ao Ministro: “com o Ecoforte nós precisamos de duas coisas: dinheiro e carinho”. Precisamos de um aceno de que os ministérios estão apostando nesse caminho. Sabemos das dificuldades dos ministérios, não estamos falando de grandes volumes de recursos, mas é o aceno que a FBB e o BNDES estão dando, que eles já reconheceram que é pouco. Precisamos do aceno político, mão estendida, para que a gente siga, senão vamos continuar discutindo as políticas de forma fragmentada.

Dos 28 projetos, 9 ou 10 projetos articulam Embrapa, isso não é pouca coisa, fazer com que a Embrapa esteja articulada, fazendo pesquisa junto com as redes. Articulam também Escolas Família-Agrícola. É a coerência do Planapo, tal como foi pensada desde o início.

No debate do Monitoramento do Planapo, estamos trabalhando com dois conceitos que vêm do Ecoforte: Território e Rede. Ontem houve uma reunião de uma nova comissão de monitoramento, onde estavam presentes BNDES e FBB, entre vários outros órgãos e ministérios. O objetivo é trazer essa ideia do Ecoforte para que seja uma referência para monitoramento do Planapo. A SDT incorpora essa ideia, para que nós trabalhemos com o conceito de redes territoriais e como as políticas do Planapo incidem fortalecendo redes. Precisamos construir conceitualmente isso.

A questão do monitoramento do Ecoforte é uma demanda porque são conceitos novos, mas a gente precisa se desafiar a olhar a incidência do Planapo a partir desse conceito, que é o conceito de fortalecimento de redes, de sistemas agroalimentares localizados, de fortalecimento das organizações locais, esse tipo de lógica que é coerente com o que falamos desde o início. Esta é uma manifestação de reconhecimento do esforço da FBB e do

BNDES de manter a chama acesa e dizer que continuaremos dialogando para aumentar esses recursos.

Marcos Frade, FBB, lembrou que o projeto de apoio à Articulação Nacional de Agroecologia está mantido.

Laércio, Rede Ecovida, reforçou a fala do Paulo e destacou o aspecto dos recursos. A sociedade civil tem batido nessa tecla desde o dia de lançamento do primeiro edital. É muito pouco para um programa com a finalidade do Programa Ecoforte. Patrus Ananias começou a reunião dizendo que estava ali de coração aberto e bolso vazio. Nessa conjuntura política e econômica, parece sempre que não adianta pleitear mais recursos, que temos que agradecer pelos recursos conseguidos. Há dois anos, a conjuntura não era tão difícil do ponto de vista econômico e político, e já tínhamos dificuldades. Por isso, me permito ter dúvidas sobre até que ponto não é uma questão de prioridade. Valorizamos o esforço da FBB e do BNDES, mas ainda achamos que é uma questão de prioridade.

Uma das coisas que argumentamos é que nós temos desenvolvido um trabalho em relação à agroecologia, mas precisamos de políticas públicas para poder massificar, popularizar, “viralizar” a agroecologia. Esses recursos não dão conta disso. Esse recurso que temos usado tem mais “cara” de orçamento de ONG do que de volume de recursos públicos para provocar uma massificação. Não posso deixar de levantar isso, porque é uma tecla que temos levantado desde o lançamento. Na Rede Ecovida, que são 28 núcleos espalhados nos três estados do Sul, o pouco volume de recursos gerou problema. O que era para ser solução virou problema. Conseguimos aprovar um projeto, que contempla 3 núcleos. Foi uma frustração, um problema político administrar isso internamente para que não causasse maiores consequências. E estou falando só da Rede Ecovida, e não do Brasil como um todo.

Queremos saber o que o MDA está pensando em relação de alocação de recursos, bem como o MAPA, enfim, todos os outros ministérios que se comprometeram com o Ecoforte. É pouco recurso, não é digno do ponto de vista de uma orçamentação público do Estado brasileiro, que diz estar querendo apoiar a agroecologia.

Rogério, SG-PR

Temos que identificar se nesses projetos de juventude têm muitos projetos com enfoque agroecológico, e a FBB fará esse esforço para identificar. Participei do início do Terra Forte, pela Conab. E um grande debate que havia no Terra Forte, era proporcionar que essas experiências que a gente acumulasse tanto no Terra Forte quanto no Ecoforte viessem a se tornar políticas públicas, para construir um processo que levasse à construção de agroindústrias para a reforma agrária, e no caso do Ecoforte, uma política pública para a agroecologia e a produção orgânica. O Programa traz isso, essa possibilidade de em um determinado momento chegar junto ao Estado brasileiro e ter uma política pública integrada, articulada, etc. É fundamental nesse processo que a gente possa incorporar isso, porque o programa em si envolve um número grande de ministérios e temos hoje apenas o aporte de recursos da FBB e do BNDE. É fundamental que o governo no decorrer do acordo de cooperação, até o final de 2018, fim da vigência do acordo, chega também a uma formulação em que vários ministérios possam aportar recursos. Que essa caminhada possa chegar ao final com uma política pública com participação da sociedade civil nessa construção. Isso é fundamental porque é daí que nascem as relações efetivamente que ficam das políticas públicas. Os governos passam, mas o protagonismo com os agricultores e agricultoras e suas organizações é o que realmente se constrói. O desafio é que temos que ganhar a narrativa. Como demonstrar à sociedade em uma pauta cada vez mais presente, que é a pauta da agroecologia e da produção orgânica, não só no rural mas também no urbano, pela alimentação saudável. E como demonstrar essas experiências

para dentro do Governo, ou seja, para fortalecer essa política, e também para a sociedade como um todo, para que possa reconhecer nela uma política que possa servir ao bem comum.

Marcos, FBB

Trabalhar com recursos reembolsáveis no Banco do Brasil é muito transparente. Porém na FBB, com recursos não reembolsáveis da FBB é mais complicado. Quando declaro na minha estratégia que atuo com política pública, em um programa como o Ecoforte, e ao analisar a atuação não há uma destinação de recursos clara, por parte do governo, fica complicado justificar isso. A FBB está participando de um acordo em que vários parceiros se comprometeram a direcionar recursos e só a FBB e o BNDES vêm investindo? Como justificar? Não é uma questão de cobrança, mas de esclarecimento. A FBB tem outros vetores de atuação (Água, Agroindústria e Terra Forte, Resíduos Sólidos – Cataforte e Educação) e fica difícil defender. Se a gente não tiver essas informações de contrapartida, fica difícil defender a permanência da FBB no Programa. A FBB não quer ser protagonista do Ecoforte, nós queremos colaborar, contribuir. É uma situação de governança que a gente precisa evoluir.

Joaquim Belo, CNS

O desafio mesmo está colocado quando se trata de projetos que lidam com essa questão mais do cuidado com a natureza, com a vida. Historicamente, se não fossem os apoios internacionais, a gente já teria sucumbido, porque o governo, quando se trata dessa pauta, do meio ambiente, dessa lógica, o governo tem deixado a desejar. Temos saído sempre na defesa de que Fundo Amazônia, se pegarmos o contrato que o governo tem a receber são quase 20 bilhões de reais. Bem utilizado, faz uma grande diferença. Mas tem sido muito difícil, a gente lembra de o que foi o PPG7, que nasceu com essa cara, depois a gente lembra, que logo no início do Governo, que lançou-se o Pró-ambiente com uma ideia um pouco parecida, que também não conseguiu dar o passo, vem o PLANAPO agora, também com uma medida extremamente ousada, e com toda essa dificuldade, porque o governo não aporta o recurso condizente. Em relação à nossa demanda, temos conversado inclusive com a FBB, e é bom que isso fique na estrutura nossa do planapo, quando aparecem os editais para reservas extrativistas, ninguém nem usou o dinheiro, porque é difícil uma modelagem única dar conta disso. Então, quando se lança um edital com prazo curto, não dá tempo de ir para a comunidade, no Bioma Amazônia, para ir fazer oficina para elaborar mais projeto. E para fazer projetos de gaveta, de escritório, não tem sentido. Inclusive, para esse edital lançado agora, nós montamos uma estratégia de fazer as Oficinas nas comunidades, com o apoio, inclusive, da GIZ. A nossa demanda é que os editais, quando se tratar do extrativismo, na Amazônia, interior da Amazônia, que haja um prazo maior, para a organização dessa demanda junto com a comunidade, em oficinas, tanto para a elaboração dos projetos, quanto para a implementação. O prazo é muito curto, quando se trata da Amazônia. E, aí, ficamos prejudicados, parece que ninguém usa o dinheiro porque não tem necessidade.

Rogério, MAPA

Esclarecimento sobre a expectativa de repasse de recursos pelos ministérios à FBB. O acordo nunca foi esse, porque não havia e não há maneira de passar recursos nossos, do Tesouro, para a Fundação, sem cair na burocracia dos convênios, à qual estamos amarrados. O acordo é que os órgãos de Governo, parceiros do Ecoforte, deveriam direcionar recursos para ações nos territórios, que estivessem dentro das Redes que fossem apoiadas pelo Ecoforte. Primeiro precisaria definir essa base territorial e quem são as organizações, para que se começasse a fazer um direcionamento. Por exemplo, posso mapear dentro dos territórios que estão hoje apoiados, nas redes do Ecoforte, onde é que

tem instituições de ensino que ainda não têm núcleos de agroecologia, e a gente tentar direcionar, por exemplo, nos editais do CNPq, que tenha uma maneira de dar preferência às instituições que estão nesses territórios, para que se possa ter mais uma base de suporte. A mesma coisa pode ser feita com o PAA Sementes, com todos os Programas que a gente tem. O que ainda não foi feito foi organizar esse processo, para direcionar melhor, e, aí, sim poder dar para vocês, na Fundação Banco do Brasil, esse recorte: quanto do recurso do MAPA foi para esses territórios que estão com recursos da Fundação e do BNDES? Nós temos recursos que podem estar em apoio a bancos comunitários, em apoio às redes, aos núcleos de agroecologia, no processo de regularização dos agricultores em organizações de controle social, tem uma série de atividades que estão acontecendo, nós ainda não conseguimos mapear isso, fazer esse recorte e apresentar isso como se fosse a contrapartida do Governo para o processo.

O grande desafio do Fundo Amazônia é como usar os recursos, ter projetos para utilizar esses recursos, talvez uma coisa que a gente tivesse que pensar seja a limitação, inclusive, estava em discussão a ampliação de que o recurso do Fundo Amazônia não ficasse mais restritos só aos seis Estados da Amazônia, mas de qualquer maneira a gente também não precisa pensar que nos seis Estados da Amazônia só tem extrativismo, é importante que a gente tenha via de apoio ao extrativismo, mas nós temos atividades agrícolas, atividades que são desenvolvidas pelas comunidades, que não são, exclusivamente, de extrativismo. Então, a gente teria que pensar também, que poderia usar recursos do Fundo Amazônia para projetos mais ampliados de agroextrativismo e de outras atividades, que são desenvolvidas naquela região e que, muitas vezes, você limita, faltam projetos, tem essa questão que o Joaquim levanta, mas tem a questão também de que, de repente, você teria outros projetos ligados a questão da industrialização, de produtos agrícolas e tudo mais, que são trabalhados naquela região.

Rogério Neuwald, SG/PR

Nós, junto com a Fundação e com o BNDES, emitimos uma minuta de proposta de formulário para que todos os membros do governo que participam do Ecoforte possam indicar para nós a sua participação direta nas redes, ou seja, junto às organizações com seus vários projetos e ações. E, também, na participação indireta, ou seja, no território de atuação das redes, e a partir disso a gente quer construir melhores avaliações e melhores formulações.

Marcos, FBB

A expectativa não é de repasse de recurso para a Fundação, é a comprovação real do aporte de recursos dentro do programa, que é mais que suficiente. Quero fazer um pedido ao Joaquim, como representante de uma entidade que congrega muitas outras da região norte, que é abrangida pelos editais, que a gente tem colocado aí no ar, nos ajude a construir uma coisa mais acessível. João Júnior é o responsável pela modelagem dos editais, em conjunto com o BNDES. Como construir, consideradas as limitações dadas pelas regras, um edital mais desburocratizado e mais atrativo.

Em relação à Fundação, nós acessamos o Fundo Amazônia via BNDES, onde eu tenho uma necessidade de contrapartida, não é igual ao fundo social que é R\$ 1,00 do BNDES, R\$ 1,00 da Fundação, no Fundo Amazônia é 60/40, ou seja, em R\$ 10,00 o BNDES, através do Fundo Amazônia coloca seis e a Fundação coloca quatro, isso limita a minha atuação, porque eu não tenho uma contrapartida maior para acessar mais recursos. Mas nós temos condição de fazer uma atuação muito mais estruturada e mais abrangente, se a gente não estivesse limitado a uma contrapartida. Dizer da satisfação nossa de estar participando, de estar acompanhando aqui as discussões. E colocar à disposição a estrutura da Fundação, para a gente avançar em novas frentes. E, como eu disse, a agroecologia está no nosso vetor de

atuação, está na nossa estratégia. Até 2018 está garantida toda a nossa disponibilidade em continuar avançando. E, dependendo do que a gente fizer até lá, na nova estratégia, se justifica uma renovação, caso a gente tenha sucesso nessa nossa participação, nesse vetor de atuação. Obrigado! Obrigado a todos.

Laércio, Rede Ecovida

Gostaria de dialogar mais com o que o Rogério disse, não estou de acordo plenamente com o que ele falou. Acho que sim, que a ideia foi e continua sendo a gente pensar em recurso público, alocado na Fundação, o que eventualmente pode ser conversado é como que isso se daria e se passando pela Fundação, pode facilitar o uso por nós, que vamos ser beneficiários do Projeto. Repito, não acho que é uma discussão agora, mas não queria deixar de dizer que ela deve ser feita. Eu sei que o Rogério (MAPA) quando fala em recurso público, ele é do Ministério da Agricultura, ele fica preocupado com os poucos recursos da COAGRE, mas quando eu falo do Ministério da Agricultura, eu não estou necessariamente pensando na COAGRE, mas no que o Ministério da Agricultura tem de orçamento e poderia alocar nesse projeto, assim como os outros. Então, a gente vai ter que pedir ao nosso representante do MDA que leve essa conversa lá para dentro. Mas era só esse recado. Eu não queria que desse por encerrada essa conversa com a fala do Rogério, só queria dizer que ela está em aberto, ainda.

Rogério Neuwald, SG/PR

Obrigado. Antes de encerrar, acho que é um debate que a gente, cada vez, vai ter mais presente dentro do PLANAPO e da CNAPO, é esse, sobre o Programa Ecoforte. Nós temos, com a presença do BNDES e da Fundação, que periodicamente estaremos construindo e trabalhando. Gostaria também de saudar o João Júnior, que vai ser o representante da FBB na CNAPO, acompanhando nossas reuniões, e que vai ser muito bem-vindo. Obrigado e uma salva de palmas para a Fundação e para o BNDES. Voltamos às 14h, impreterivelmente, em uma chamada.

Tarde

Rogério Neuwald, SG/PR

Boa tarde a todos e todas! A gente gostaria de iniciar os trabalhos do período da tarde. Convidar todos e todas, para que venham participar aqui, na nossa Plenária. Como nós definimos na parte da manhã, hoje a tarde vai ser apenas, apenas não, um importante debate em relação ao PLANAPO 2. E de imediato, eu convido o Secretário da SAF e da CIAPO, Onaur Ruano, para fazer parte da nossa Mesa. Antes de iniciar a fala do Secretário Ruano, a gente gostaria de também de agradecer a presença João D'Angelis, Diretor da Emater de Minas Gerais, que está aqui entre nós. E, também, do Jorge Rabanal da Rede Sergipana de Agroecologia. Que dentro daquela proposta que nós tiramos, de aproximar com Estados para a implementação de Planos Estaduais, nós começamos uma discussão com o Estado de Sergipe, no sentido de que Sergipe já tem uma Lei Estadual, para que possamos implantar também um Plano Estadual. Em relação a isso também, nós fizemos um diálogo já com o Governo do Rio Grande do Sul, que lançou seu Plano Estadual. É importante destacar que durante a Mesa Coordenadora de fevereiro, nós apresentamos uma proposta de realizarmos uma Plenária, uma Reunião Ordinária da CNAPO, no Nordeste, pois Bahia, Ceará e o próprio Sergipe são Estados que estão discutindo seus Planos Estaduais e a Legislação. Nossa proposta é que em setembro a gente, em vez de

fazer nossa Reunião Ordinária aqui em Brasília, que a gente possa fazer a nossa reunião no Estado escolhido.

5. Planapo 2 – Apresentação CIAPO – Secretário da SAF/MDA, Onaur Ruano

Onaur Ruano, MDA

Boa tarde, companheiras, companheiros. O que nós trouxemos para apresentar é uma síntese, o pessoal que tem trabalhando mais no âmbito da CIAPO já conhece essa apresentação em detalhes, e também nas Subcomissões Temáticas, debateram as 197 iniciativas que ficaram. Então, ao final do processo de construção longo que tivemos, a partir do balanço do PLANAPO 1, das propostas da ANA, das recolhidas do que foi produzido pelos segmentos que trabalharam, especificamente, propostas para o PLANAPO 2, depois nós tivemos agregado contribuições de outros segmentos, outros movimentos que foram para o Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, o PPA, as contribuições que ocorreram e que foram, enfim, consolidadas no PPA. Desse arranjo todo, fez-se a submissão dessas propostas aos Ministérios, apontados ou que tinham responsabilidade direta e/ou participação em cada uma das 197 iniciativas. Aquela planilha que vocês trabalharam ontem traz o estado atual desse trabalho e, ainda, uma parte que precisa ser finalizada. O Cássio vai apresentar essa síntese do conteúdo que está sendo consolidado do PLANAPO 2. Vai ser muito importante ter a devolutiva do que as ST entenderam e têm a contribuir com relação a cada uma das iniciativas. Nós ampliamos, nesse processo de construção, de quatro eixos do PLANAPO 1, para seis eixos, agora incorporando sociobiodiversidade e terra e território. Então, esses dois eixos, que foram trabalhados de forma dispersa no PLANAPO 1, agora recebem uma nova organização no PLANAPO 2. Então, esse momento da devolutiva das ST hoje aqui, e do debate, vai ser muito importante para que, nessa próxima etapa de continuidade do trabalho na CIAPO. Nós estamos com 3 consultores nos auxiliando nesse processo. Eles têm interagido também com vários de vocês e temos uma etapa agora, também, interativa com os Ministérios, aonde ainda haja pendências de legitimação de determinadas propostas, que ainda não estão completamente validadas pelos Ministérios. Então, isso vai ser objeto da apresentação aqui e depois do debate, a gente retoma para também fazer uma avaliação dos pontos que foram levantados e como é que a gente decide a continuidade do encaminhamento desse processo. Como a gente já discutiu anteriormente, qual é a nossa expectativa? É que a gente consiga, no momento do lançamento do Plano Safra, que há uma sugestão de data da participação da Presidenta. Nosso Ministro sugeriu, que fosse no dia 31 de maio. No ano passado, vocês se lembram, nós fizemos o lançamento do Plano do Safra no dia 22 de junho e esse ano, pela conjuntura e por ser um ano eleitoral, nós estamos imaginando que seria importante antecipar o lançamento do Plano Safra, que coincidiria nessa data com a abertura da 2ª Conferência Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Então, nós teríamos a possibilidade de ter o Plano Safra com a presença da Presidenta também fortalecendo a abertura da Conferência, de até que nós vamos fazer no dia 31 de maio. Então, a Conferência vai ser 31, 1, 2 e 3 e, então, na abertura nós teríamos o lançamento do Plano Safra. E, estamos trabalhando com a perspectiva de chegar nessa data, no lançamento do Plano Safra, fazer o lançamento do PLANAPO 2, também no momento do lançamento do Plano Safra. A outra rota, que vocês já acompanham também desde o ano passado, é o lançamento do Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos, o nosso PRONARA. Então, estamos também tratando desse tema, para superar, ainda, divergências que estão presentes, já estamos com isso sendo coordenado pela Casa Civil, no sentido de buscar, de conseguir chegar ao Plano Safra, e também lançar o PLANAPO 2, e lançar o

PRONARA nesse mesmo evento. Então, nós teríamos, do ponto de vista político, um evento bastante enriquecido e fortalecido com esses anúncios, com esses lançamentos do PLANAPO 2 e do PRONARA. Então, esse é esse trabalho que a gente vai apresentar agora, em que estado que ele está. O que vocês trabalharam é o conteúdo especificamente, mas agora o contexto geral, de como é que ele está e depois do debate a gente retoma para reagir ao que se trouxe aqui das ST.

Cássio, MDA

Vide apresentação em anexo.

Nas planilhas, então, nós temos 197 iniciativas, o que é um acréscimo exponencial em relação ao PLANAPO 1, onde nós tínhamos 125 iniciativas. Essas 197 iniciativas estão organizadas em seis eixos, sete objetivos e 28 metas. Situação dessas 197 iniciativas:

- a) Texto da iniciativa aprovado pelo órgão responsável, indicador, meta física e meta orçamentária - 88 iniciativas (45% a 50% do total);
- b) Iniciativa, órgão responsável, indicador e dado orçamentário pendentes – 83;
- c) Dados físicos e orçamentários pendentes - 26.

Então, o que se percebe é que há um movimento avançado, no sentido de ter a iniciativa aprovada pelo órgão responsável, com meta física também consolidada, e um número pequeno de iniciativas com dados físicos e orçamentários pendentes. É uma construção, e entendemos que, em um curto período de tempo, conseguiremos estabelecer todo o conjunto de informações e consolidar a planilha, apresentando um documento final do PLANAPO 2.

Verônica Santana, MMTR-NE

A gente está aqui se entendendo na Coordenação. Porque a gente tem uns avisos, mas acho que para não quebrar é melhor. Então, se tiver algum comentário a gente já fazer agora, depois entra com outra parte e a gente abre umas duas ou três falas para algum comentário. Alguma coisa que não está evidente. Carmem. Mais alguém?

Carmen, MMC

E aquelas metas que não têm recursos. Faz o quê?

Onaur Ruano, MDA

Meta ou iniciativa que não tem recurso. Faz o quê? A gente coloca recurso. Mas deixa eu discutir como é que se dá esse processo, porque nós, no PLANAPO 1, acabamos, apesar de ter sido discutido isso no primeiro momento de organizar a estrutura do PLANAPO e, aqui, a grande maioria participou daquele processo, aonde a semelhança desse também, mas nós já tínhamos o acúmulo do primeiro, tinha um processo mais organizado de se relacionar com o PPA, mas a base do processo todo, aí não precisamos voltar na história lá, desde a proposta formal, na Marcha das Margaridas, etc. e tal, mas veio uma estrutura e um conjunto de propostas da sociedade civil, para entrar nesse processo de construção do PLANAPO 1. E, aí, no processo de debate, de mobilização e de formatação e elaboração do plano, você tem as propostas naquele momento que se julga, que são importantes para dialogar, com o que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Entretanto, quando você vai organizar isso em um plano e o Plano Nacional, seja ele esse de agroecologia ou produção orgânica, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário. Enfim, os Planos Nacionais, eles são instrumentos que materializam a política. Então, essa é a nossa compreensão do que é um Plano Nacional, é a organização do que é, que é possível se

executar em um determinado tempo e que materializa a política que traz as grandes diretrizes, as orientações gerais e etc.. Então, obviamente, para fazer parte da planilha ali, que tem metas físicas, metas orçamentárias e tempo para que se produza aquele resultado, e a responsabilidade de executar isso é do Executivo, é do Governo, tem que ter um lastro financeiro, quando ela exige um recurso financeiro para ser executado. Nós vamos ver que nós temos iniciativas que são qualitativas, que elas não precisam ou de outra natureza que não precisa, necessariamente, alocar um recurso específico. Quando nós tínhamos lá na Meta 5 do PLANAPO 1: “Elaborar um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos”. Ali você não tinha recurso alocado, porque não precisava de recurso, era um processo de construção e de elaboração como participamos e fizemos. Então, não precisava estar ancorado em uma fonte orçamentária, porque não demandava recurso. Agora aquelas que demandam recurso para serem executadas, se eu não tiver no PPA ou no orçamento o lastro orçamentário e financeiro, de fato, ela não pode entrar em uma planilha de metas. Esse é um limite que nós temos, de não propor coisa que não vamos poder executar. Bom, então, isso se perde no PLANAPO? Nós já tínhamos proposto no PLANAPO 1, acabamos não conseguindo ter êxito, mas agora há ambiente, acho que mais maduro no PLANAPO 2, que todas essas que a gente não consegue ter na planilha, como um meta executável, com resultados mensuráveis e que precisam de orçamento, mas que são importantes, do ponto de vista da política, do desafio que tem que se fazer, eu não posso, simplesmente, desprezar, caiu da planilha, caiu do PLANAPO. Então, qual é a sugestão que a gente trabalhou? Você ter um capítulo dentro do PLANAPO, antes de chegar lá na planilha, aonde esses desafios, esses objetivos, que são importantes e que precisam ser mantidos, na perspectiva de alocar recurso, no momento que você puder alocar recurso para ele, você ter um capítulo ali dentro, que você pode chamar de qualquer coisa, desafios, ou avanços a se consolidar, qualquer coisa, e, aí, você traz ali para dentro, você não perde o tema, a proposta fica mantida no PLANAPO, como uma necessidade que precisa ser retomada e, simplesmente, naquele momento para aquele período, você não tem recurso orçamentário para poder executar. Nós vamos ter uma revisão do PPA, ter um calendário de revisão do PPA. Então, o que você não conseguiu enfiar agora na planilha de metas, porque você não tinha recurso orçamentário, mas ele está dentro do PLANAPO, apontado ali como uma prioridade, você resgata isso, no momento da revisão e entra em uma outra disputa, para ver se consegue recurso para aquilo, mas infelizmente, para sermos responsáveis, nós não podemos colocar em uma planilha de meta aquilo, que, simplesmente, não tem como o Governo bancar e ancorar para ser executado.

Paulo Petersen, ABA

Queria pegar pelo outro lado, pelo lado político da construção do Plano, nos prazos e no lançamento do Plano no prazo. Quer dizer, a gente vê que ainda tem um conjunto de discussões, que estão sendo feitas nos Ministérios, em função do aspecto que se acaba de levantar, que é o lado orçamentário, mas a gente sabe também que o contexto político, entre o primeiro plano e esse mudou bastante, e que, nós, já tivemos um exemplo ano passado, em relação ao PRONARA, que houve toda uma construção, que nós estávamos acreditando que ele fluiria bem até o ato do lançamento e depois, no final, ocorreu que não foi lançado, porque nem todos os Ministérios, particularmente, um não assinou. Então, a preocupação que a gente tem, exatamente, essa. Aí, queria uma avaliação sua sobre como é está a negociação, considerando que o lançamento do Plano Safra é daqui a um mês e meio. Então, nós temos um prazo muito curto de processamento de finalização do plano, isso significa negociação nos Ministérios, quer dizer, como é que está uma visão mais geral, sob essa tramitação dentro dos Ministérios e quais são os prazos até que, quer dizer, toda a documentação seja preparada para ser assinada no lançamento do Plano Safra. É mais uma avaliação política.

Onaur Ruano, MDA

O processo não tem, nesse horizonte curto até o lançamento, nenhuma barreira que nós possamos ter percebido e nem elas são, na nossa avaliação, cabíveis, porque, diferentemente do PRONARA, o que você tem no PLANAPO tem uma ancoragem no PPA, que já foi aprovado pelo Ministério A, B, C, D. Então, já faz parte da sua rubrica orçamentária e com PLANAPO ou sem PLANAPO, ele executaria aquilo, não executaria por mudança de rumo ou dificuldade de liberação de recurso financeiro. Então, nós não estamos imputando com o Plano nada novo para qualquer Ministério, algo que já não está no escopo dele no PPA. E, por que está no PPA? E, aí, mérito de todo esse processo, muito mérito também da mobilização que a CNAPO fez. Vocês, muitos participaram do processo de ter propostas que pudessem, em tempo, influenciar e intervir na construção do PPA. Esse foi, e eu acompanhei alguns PPAs, o mais participativo que nós tivemos, de construção, de uma amplitude de participação, que a Secretaria-Geral à época mobilizou, que hoje, basicamente, é a Secretaria de Governo. Então, essa compatibilidade entre o que está no PLANAPO e o que já é compromisso oficial dos Ministérios, na minha avaliação, o componente político que você traz, que pudesse ter alguma reação dentro do Governo, eu penso que está minimizado. Agora, o instrumento que é uma Portaria Interministerial e que vai pedir ao Ministro que assine, esse, eventualmente, você poderá ter uma dificuldade política, que eu não estou antevendo, mas eu estou entendendo o que você aponta, dentro da tua preocupação. Eu acho que ela, eu não posso dizer que ela está completamente descartada, que está resolvida e tal, mas eu não estou vendo um ambiente de reação ao PLANAPO, como nós tivemos no PRONARA. Só que, de fato, nós vamos testar isso agora. A Minuta vai começar a rodar para colher as anuências dos Ministérios e, aí, eventualmente, não é o que eu espero, mas pode, nesse momento agora, ocorrer alguma dificuldade. Porque tudo que nós estamos discutindo aqui, na ST e tal, é anexo da Portaria. A Portaria vai trazer os eixos, as diretrizes da política, etc. e tal, e remete para o anexo o detalhamento do Plano. Agora, nós vamos começar a rodar a Minuta

Paulo Petersen, ABA

Não, eu acho que o procedimento normal é esse mesmo que o Ruano está dizendo, mas eu acho que é bom a gente, talvez, explicitar um pouco mais os termos do debate. Nós evidentemente, cada Ministério tem suas iniciativas, mas o plano integra iniciativas com um viés estratégico. Nós estamos incluindo, por exemplo, um eixo terra e territórios, que para nós já era uma medida do primeiro plano, não conseguimos emplacar, estamos tentando. Para falar em bom e claro português. Se a Ministra Kátia Abreu não assina, o que ocorre? Porque ela não tem medidas na área de terra e territórios, ela tem de outras áreas, mas as medidas do MAPA estarão integradas com as medidas do eixo terra e território, dentro do Plano. Então, quer dizer, isso é para dar um exemplo, não estou querendo pegar, esse exemplo pode ocorrer em outros, sei lá, em outros campos. Então, a questão que eu levanto aqui e, - eu acho que é fundamental por todas as razões políticas que nós estamos vivendo nesse momento -, que o PLANAPO seja lançado no final de maio. Então, o que nós precisamos? CIAPO e CNAPO, fazemos juntos, essa é a minha questão, para assegurar que isso acontecerá, dentro desse desenho que nós construímos juntos. Que movimentos políticos nós precisamos fazer, porque a tramitação normal, essa que você aponta, eu acho que é o caminho que precisa ser feito, mas é preciso outros movimentos, complementares aonde e para que nós possamos nos mobilizar, porque eu acho que como o prazo é muito curto, nós não temos tempo, a qualquer, pouco tempo que a gente perca, a gente perde a oportunidade de lançar no final de maio. Então, onde é que nós temos que mexer para assegurar que todos os Ministérios assinem tal como nós discutimos? É mais por aí. Eu acho que não é nem a pergunta, acho que é uma pergunta para todos nós, a pergunta não é para o Ruano. A questão é nossa, é uma questão nossa, que nós precisamos ter claro que o

PLANAPO, ele é uma medida que avança, a gente tem uma expectativa que avance e alguns eixos eles são polêmicos dentro de alguns Ministérios.

Onaur Ruano, MDA

Nós estamos agora, iniciando na semana que vem agora, as bilaterais dentro dos Ministérios, e, aí, no sorteio que nós fizemos lá, o primeiro Ministério é o MAPA. Na verdade, tem uma razão muito objetiva para isso, para começar pelo MAPA, pela experiência, pelo o que a gente aprendeu nos processos anteriores. Se de todos os Ministérios e órgãos que participaram do processo, a possibilidade de ter alguma reação, algum posicionamento reativo, contrário a algum ponto do plano, ele reside mesmo nessa expectativa no MAPA. Então, nós vamos começar fazendo esse trabalho que acertamos, já vamos acertar datas, essas coisas, o pessoal está trabalhando, para fazer um processo que a gente tenha uma entrada dentro do Ministério, - a gente que eu falo, é a Secretaria Executiva da CIAPO -, entrada do Ministério, com uma base de discussão inicial técnica, envolvendo para além do representante do MAPA aqui, agregar mais lideranças dentro do Ministério, que tem posição dentro do Ministério e depois desse acordo técnico sobre a questão, vou subir politicamente isso e os nossos Secretários-Executivos, conversando e tal. Então, nós achamos que não tendo essa dificuldade dentro do MAPA, os outros Ministérios, de certa forma, já estão dados. Então, estamos também trabalhando preventivamente, no sentido de que a gente possa ter sucesso, de não ter nenhuma surpresa mais a frente.

Rogério Neuwald, SG/PR

E, de nossa parte, pela Secretaria Executiva da CNAPO, nós defendemos isso claramente, que nós temos uma estrutura de governança proposta. A estrutura de governança da Política Nacional estabeleceu que a CIAPO é o instrumento, enfim, o local onde se debate todas as questões entre os órgãos de Governo. Mas nós colocamos assim, a Mesa Coordenadora, tenho certeza que posso falar para ela se colocar à disposição. E, Ruano, eu acho que a gente tentaria assim, no sentido de apoiar, a partir da semana, a partir de hoje, a gente tem uma deliberação da CNAPO, no sentido da gente fazer um diálogo do nosso Secretário com vocês, como que a gente pode apoiar vocês nessa articulação. Eu acho que isso soma esforços, no sentido de a gente estar trabalhando junto.

Daniela Jorge, ANVISA – Informes

Sobre o PL 3200, que se passar, acaba para a gente o PRONARA, porque simplesmente revoga a Lei de Agrotóxico atual e é um PL que propõe, - já tinha um projeto antigo, que alguns aqui já conheceram do CNAGRO -, a formação de uma CTN Fito, transformando agrotóxico em defensivo fitossanitário, tirando a ANVISA e o IBAMA da Regulação de Agrotóxico, nos caberia, somente, um representante da Saúde e um do Meio Ambiente nessa CTN Fito. A ANVISA já foi provocada pela Assessoria Parlamentar a fazer um Parecer. A gente já soltou um Parecer contrário ao PL. Não sei os outros colegas de Governo, se já passaram e receberam esse Parecer. Para os órgãos que ainda não tiveram que se manifestar, se puderem correr atrás das Assessorias Parlamentares e fazer, marcar um posicionamento, frete disso e para a sociedade. Quem puder fazer alguma articulação e acompanhar esse PL, é um PL que está me preocupando bastante. Que ele, realmente, é o sonho de muita gente, um pesadelo de outros tantos.

No final do ano passado, a gente aprovou aqui na CNAPO, uma moção para poder aprovar a continuidade de um GT, que existe na ANVISA, que foi responsável pela publicação da RDC 49, que determina que deve ser feita uma adequação nas Normas de Vigilância Sanitária, para a inclusão produtiva. É um GT voltado para fazer implementação dessa RDC e, no final do ano passado, isso começou a ser desarticulado, acabaram com a área que tratava desse

GT e, nós aprovamos aqui uma moção de apoio a esse GT. Então, estou dando um retorno para vocês. Esse GT está sendo mantido, ele está melhor alocado agora, dentro de uma Gerência de fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e inauguraram uma Coordenação dentro dessa Gerência, que se chama coordenação de articulação social e cidadania, cuja competência dessa Coordenação é, exatamente, acompanhar Políticas Públicas, para fomentar Agricultura Familiar e Economia Solidária. Eu estou indo para essa Coordenação também, saindo da gerência de toxicologia, e indo para essa Coordenação. Estou vendo isso como uma oportunidade para a gente estar avançando, para poder conseguir ajudar a avançar, em outras pautas além de agrotóxico lá dentro da ANVISA.

6. Planapo 2 - Destaques das STs à plenária – Apresentação Coordenadores/Relatores das STs (10' para cada ST)

Cássio, MDA (ST Produção, Crédito, Fomento, Agroindustrialização)

- a) Trabalhamos dois eixos, o eixo produção e o eixo comercialização e consumo.
- b) Não tivemos polêmicas com relação àquilo que estava sendo proposto dentro da planilha;
- c) Questões para decisão da plenária:
 - a. Meta 1.3 (*viabilizar o acesso de Agricultores e Agricultoras Familiares, assentados e assentadas na Reforma Agrária, povos e comunidades tradicionais e os produtores orgânicos*). Há políticas e instrumentos de fomento e a geração de renda, que sejam reconhecidos por Governo e Sociedade Civil, como adequados à produção orgânica de base agroecológica e da sociobiodiversidade. Há um entendimento de alguns, de que viabilizar o acesso de agricultores familiares assentados, povos e comunidades tradicionais são públicos muito vinculados à agricultura familiar; produtores orgânicos não são, não demonstra a identidade social do público beneficiário.
 - b. Meta 1.7 - meta cujo encaminhamento foi separar em duas. Bom, é uma questão de inclusão de parceria junto ao MDA e MAPA.
 - c. Solicitada a inclusão de iniciativa de identificar fundos de apoio a agroecologia e realizar parcerias para incentivar o direcionamento desses fundos, as iniciativas da Sociedade Civil de Promoção da Agroecologia e Produção Orgânica. Colocamos a Secretaria de Governo da Presidência da República, como responsável, mas trazendo aqui também para uma decisão de Plenária, até porque isso era uma iniciativa que estava prevista no Plano 1 e que a gente não conseguiu dar resposta completamente.
 - d. Programa Camponês - depois faremos uma fala com relação a esse programa.
 - e. Inclusão de iniciativa solicitada pelo Departamento de Mulheres do MDA em diálogo com a ST de Mulheres: apoio às feiras feministas e agroecológicas.

Rogério Dias, MAPA

Na dúvida, a questão só daquele ponto que o Cássio colocou, da proposta da inclusão dos produtores orgânicos, lembrando o objetivo da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que o público da Agricultura Familiar, povos e comunidades tradicionais, isso é o público prioritário, mas a política não é exclusivamente para isso. Há várias iniciativas, inclusive, dentro do contexto da transição agroecológica, de se trabalhar para que a gente tenha, cada vez mais, o todo da agricultura brasileira, com uma outra visão. E, nós temos uma série de iniciativas que estão dentro do Plano, que não são exclusivas para Agricultores Familiares. Então, só para não ficar restrito a uma visão de que

a parte a mais dos outros agricultores orgânicos e produtores orgânicos, inclusive, porque nós temos muitos médios agricultores, que não estão, - a exceção dentro da agricultura orgânica, são os que seriam grandes agricultores -, boa parte, quase totalidade são médios agricultores, sendo que a maior parte é da Agricultura Familiar, mas mesmo, assim, a gente não queria que a política ficasse restrita e não pudesse atingir o coletivo geral da agricultura orgânica.

Jorge, MAPA

Na verdade, até pensando na reação dentro do MAPA, quando o próprio objetivo do eixo já faz um recorte do público prioritário, e você tem duas metas, uma relacionada a crédito e outra relacionada a fomento de um modo geral, fazendo o mesmo recorte, em relação aos produtores orgânicos, que não se enquadram, é ruim. E, especificamente, tem que pensar também nas iniciativas que foram colocadas. Na 1.2, a gente chegou a um acordo de colocar os produtores orgânicos, porque tinham duas iniciativas que também se relacionavam, não necessariamente, às iniciativas colocadas dentro do MDA, mas também ao crédito dentro do Plano Agrícola Pecuário. E, na 1.3, tem uma iniciativa específica também, além disso, tem uma iniciativa específica do Ecoforte que não é uma iniciativa também específica desse recorte. O que eu não sei é a necessidade de a gente fazer esse recorte em duas iniciativas do Eixo de Produção, que trata de crédito e fomento, reescrever o mesmo público que já está inscrito no objetivo.

Cássio, MDA

Alguém quer fazer a defesa da manutenção da descrição da forma original? Ou seja, a forma original era sem os produtores orgânicos e o Rogério e o Jorge estão defendendo a inclusão dos produtores orgânicos. Teria que alguém fazer uma defesa da ST. Ou tem contrariedade com relação à inclusão?

Francisco Dal Schiavon – MST

É um pouco temerário isso. Digo isso sobre a seguinte questão, em um mundo dominado pelo capital, a produção orgânica vai caminhar para o mesmo sentido. Quando um negócio começa ser rentável, o grande capital se apropria. Então, nessa área dos orgânicos, eu já tenho informações, por exemplo, já tem produção de açúcar orgânico com mais de 7 mil hectares. Quem vai comandar esses recursos, necessariamente, vão ser os Ministérios. Quem tem mais articulação e mais poder leva sempre o recurso. Outra informação, que eu acho que nos remete a ter uma certa prudência nessas coisas, é o seguinte: mesmo na outra área dos orgânicos, já está se criando, em vários lugares no Brasil, as fazendas de produção orgânica, que já não têm mais nada a ver com os princípios da agroecologia, assim por diante. É grande a produção orgânica. Então, quando a gente deixa, para mim, esses espaços, não tenhamos dúvidas que nesses espaços, entre o camponês familiar ter acesso a isso e um grande produtor, sempre será o grande produtor que se apropria disso. Então, por medida de precaução, eu proponho que se retire isso.

Rogério Neuwald, SG/PR

O tema é polêmico, ele não é um tema simples de ser resolvido em um debate de cinco, 10 minutos. Necessita um aprofundamento, uma discussão maior em relação a isso. Eu acho que eu não quero colocar esse tipo de tema em votação: quem é a favor, quem é contra. Mas como esse tema é um tema polêmico eu ia propor para vocês, de a gente aprofundar esse debate, dentro da CNAPO fazer essa discussão. Nós temos a proposta de fazer uma revisão do Plano no ano que vem, e, aí, a gente fizesse uma discussão mais aprofundada em relação a isso, porque eu acho que qualquer atitude de inclusão, nesse momento, vai gerar um debate e nós vamos ficar a tarde inteira discutindo isso. Proponho postergar essa

decisão para o momento da definição, da revisão do nosso plano. E, aí, a gente consegue fazer um debate mais de fundo.

Rogério Dias, MAPA

Eu acho que a gente não está discutindo uma iniciativa, uma meta, nada disso. A gente está discutindo a lógica da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, só que, então, a gente tem que rever o que foi feito há três anos atrás, quando foi feita a proposta de se juntar, uma estratégia, uma iniciativa, que já vinha de se criar uma Política Nacional de Agricultura Orgânica, e veio do outro lado uma iniciativa de criar uma Política Nacional de Agroecologia. O acordo foi o seguinte, nós temos mais pontos de convergência do que de divergência, o enfrentamento é praticamente o mesmo, a maior parte das dificuldades são encaradas pelos dois lados. Então, nós temos que unir forças, porque o outro lado é muito mais forte, essa foi a estratégia e foi o acordo feito quando se juntou e criou uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Se a gente agora, por causa da discussão de uma meta, de uma coisa, a gente vai desfazer esse entendimento, aí, realmente, eu acho que a gente vai ter que passar por uma outra discussão, muito mais ampliada, se dá para seguir junto na Política Nacional, que trata das duas coisas. Só que aí, eu acho que não é agora, discutindo o PLANAPO que a gente vai poder fazer isso. Eu concordo plenamente, que em todo momento está se reforçando nas metas, nas iniciativas, a prioridade para o público da Agricultura Familiar. As Políticas Públicas direcionadas com diferenciação, tratando diferentes os desiguais. Agora não pode ser excludente, porque o que nós estamos querendo é fazer uma transformação da agricultura Brasileira, e a agricultura Brasileira não é composta só pela Agricultura Familiar. Se não a Agricultura Familiar vai continuar tendo um enfrentamento com o vizinho que contamina, que polui, que tem a força do dinheiro para direcionar para onde vai o modelo da agricultura; ou a gente trás esse outro grupo como um aliado para essa mudança, para essa transição, ou a gente vai ficar a vida inteira brigando, pequeno com pequeno, e a agricultura convencional acabando por tomar conta de tudo. Então, eu não sei se essa discussão é tão simples assim, de a gente dizer: – Não! Vamos deixar para o ano que vem. Eu acho que a gente está em uma questão de fundo, quando está lançando um segundo plano.

Cássio, MDA

Quando a ST fez essa discussão, ela não fez com relação ao público do PLANAPO, entendendo que o público do PLANAPO já é conhecido. Foi discutida a questão da meta do fomento.

Francisco Dal Schiavon – MST

A minha preocupação é quando se trata da questão do fomento, porque nós estamos tratando essa questão do fomento em outros itens, separando o que é crédito e o que é fomento, porque fomento na concepção é o recurso sem restituição. Então, eu não concordo, de que alguém que já esteja capitalizado receba o fomento e quem não está não receba. Essa é uma questão. Então, se a gente tratar isso no crédito, não tem problema. Agora no fomento eu não admito isso, porque o fomento é o recurso não reembolsável e que é para beneficiar os pequenos produtores. Então, quando se trata do fomento aqui e, aí, a gente dá fomento para todo mundo. Eu sou radicalmente contra.

Verônica Santana, MMTR – NE

Quando a gente fala de agricultura familiar, e mesmo que seja para crédito, fomento, a gente denomina quem é essa Agricultura Familiar: agricultores familiares, camponeses e tal. Quando se fala de orgânico, por que a gente não pode denominar quem são estes orgânicos? E, por se tratar, então, de fomento, para que tipo de orgânico se pensa esse fomento? E também essa coisa de se usar produtores, talvez a palavra produtor que está

meio já desusada. Então, que a gente pudesse usar: agricultores, orgânicos, agricultores familiares orgânicos, etc. Por que excluir? Há agricultores orgânicos que também estão descapitalizados. E, aí, excluir não é o caminho, mas deixar aberto como o Chicão colocou tem um fundo de razão sim. E, aí, a gente poderia pensar em uma forma de alguém propor uma emenda desse tipo. O que vocês acham?

Rogério Neuwald, SG/PR

Primeiro, a gente não tem um procedimento comum de trazer as coisas da ST para a Plenária, a gente esta tentando construir.

Onaur Ruano, MDA

A polêmica se dá pela compreensão dada ao verbo fomentar ou à palavra fomento. E, está se traduzindo isso, acho que a fala do Chicão é clara, de entender fomento como, necessariamente, um aporte financeiro com essas características de não reembolsáveis e etc... E, fomento, na verdade, é qualquer ação, inclusive, financeira que você faça para estimular uma determinada direção, uma determinada ação, um determinado crescimento; você pode fomentar sem necessariamente aportar recursos reembolsáveis, com outro conjunto de ações e de políticas. Então, a forma de colocar a palavra fomento, traduzida como obrigatoriamente ou aporte de recursos, me parece que gera um pouco da confusão aí, que se estabeleceu na polêmica. É lógico, que ninguém aqui, de sua consciência defende recursos não reembolsáveis para os grandes, para os que estão já em um processo produtivo dinâmico e etc., que têm acesso ao PRONAF, e tal. Não se trata disso. Mas da forma como está colocado o texto e entendendo o que fomento quer dizer dinheiro não reembolsável, é que gera essa confusão. Então, eu penso que é uma falsa polêmica se a gente arrumar o texto, no sentido de que é óbvio que você tem que qualificar para quem é que nós estamos defendendo um fomento, que é um recurso, seja ele público ou não, não reembolsável, e, aí, você caracterizaria os pequenos, aqueles que não têm acesso ao crédito, àqueles que são isso, isso, isso e aquilo, tal, tal e tal. E, aí, não há problema nenhum, muito pelo contrario, é positivo que orgânico, que está nessas condições de pequeno, descapitalizados, sem acesso a crédito, se iguala, e, aí, ele coaduna com a Política, como o Rogério trouxe aqui, o Jorge trouxe aqui. Então, eu penso que, talvez, um ajuste no texto é a solução para isso, mais do que retirar.

Rogério Dias, MAPA

Eu acho que a gente podia trabalhar depois. Só deixar claro que quando a gente usa o termo produtores orgânicos, porque a agricultura orgânica tem uma Lei, a Lei 10.831, e a Lei, ela coloca o que a gente esta chamando aqui de agricultores orgânicos, todos são produtores orgânicos, sejam eles extrativistas, sejam eles agricultores, sejam eles quem faz o processamento. Então, eles colocam todos dentro de um grupo: Produtores Orgânicos, independentemente se é atividade primária, se é uma atividade de processamento. Por isso que essa terminologia é usada dentro da agricultura orgânica, por conta de ter uma Legislação.

Rogério Neuwald, SG/PR

A proposta, em função do tempo e da possibilidade, se existe, é quem formulou trazer até o fim da nossa Plenária uma proposta de ajuste no texto, nós temos que definir hoje para poder encaminhar.

Para a SG/PR não tem problema nenhum ser incorporada a possibilidade de nós irmos fazer uma prospecção, uma análise, um diálogo com os Fundos.

Cássio, MDA

Esclarecimento sobre o Programa Camponês. Nós temos um processo de construção, já desde o ano passado, de que com nome provisório, e a gente aplica o verbo fomentar, corretamente, do meu ponto de vista, que é um Programa Nacional de Fomento a Agroecologia. Essa construção, nós iniciamos a partir da experiência no Rio Grande do Sul, que era fundada no Plano Camponês. Por falta de um nome definitivo, na hora de definir iniciativas, entrou como Programa Camponês nessa construção do PLANAPO 2, mas nós estamos elaborando ainda. O diálogo com a sociedade civil, ele se iniciou no ano passado, com o MPA, mas notadamente um movimento do Rio Grande do Sul, em virtude de que lá tem uma experiência em andamento. E a nossa perspectiva enquanto Ministério, é tratar de um Programa Nacional, essa é a nossa missão. Nós entendemos que isso tem tudo a ver com o PLANAPO, um Programa Nacional de Fomento a Agroecologia, um conjunto de ações que fomentam a agroecologia, não no sentido do recurso financeiro, exclusivamente. Nesse ano, nós fomos ao CONDRAF, onde estão representadas as organizações da Sociedade Civil, e fizemos uma apresentação lá, do que é a concepção e em que estágio estamos agora, colhemos várias sugestões lá, que estão sendo incorporadas, à semelhança do que estamos fazendo também com a agricultura urbana e interurbana. Estamos trabalhando, inclusive, com a perspectiva de lançar uma parte disso, agora, no Plano Safra, no final de maio.

Rogério Dias, MAPA

As iniciativas debatidas pela ST Insumos estão dentro do Eixo 1: Produção. A principal iniciativa é criar um Programa Nacional de Insumos apropriados a produção organizada e de base agroecológica, que a gente colocou o nome fantasia de Programa Bioinsumos, que visa criar meios para a gente aumentar a disponibilidade no mercado brasileiro de insumos apropriados. A ideia nesse Programa é criar vários mecanismos, que vão desde pesquisas, simplificação de registros, incubação de empresas para viabilizar pequenas empresas. A gente tem hoje um quadro, que a produção, o mercado de produtos biológicos no Brasil, por mais que a gente tenha conseguido que ele desse um crescimento, mas, só para vocês terem uma ideia, das 90 empresas hoje, com produtos registrados no Brasil, 61 estão em São Paulo e o resto que não está em São Paulo, está a maior parte, está ali em volta, na região Sudeste. Então, quando a gente fala de uso de produto biológico, se a gente pensa em região Norte, Centro-Oeste, a gente praticamente não tem nada. Então, a gente precisa de um trabalho no fomento, para que a gente possa colocar essas empresas. E não é atoa que estas empresas estão em São Paulo, é onde você tinha um apoio técnico e tecnológico, para que essas empresas se instalassem. Então, a gente precisa criar esses meios, esse apoio, esse espaço para isso, nas outras regiões também, para que a gente possa levar a questão do controle biológico para todo o Brasil.

A ST Insumos solicita o retorno da iniciativa de criar um GT para em um prazo de 6 meses ter a proposta do programa.

Tatiana Muniz, Rede Xique-Xique (ST Mulheres)

Boa tarde a todas e a todos. O GT de mulheres se reuniu e fez um árduo trabalho comparando as duas planilhas, e nos alegamos quando vimos que a nossa discussão tão intensa nas “brigas” construtiva dentro das ST para o reconhecimento na questão das mulheres, garantindo a questão da recreação, por exemplo, e a gente viu que isso ficou.

Estamos vendo aqui a discussão sobre a questão de fomento, muito intensa, mas quando é sobre discussão de fomento para as mulheres o negócio é tão diferente, bem que poderia ser dessa forma. A gente briga tanto por isso! Tiramos um encaminhamento que onde estivessem as mulheres também tivesse a garantia da recreação infantil, porque a gente sabe da dificuldade que as mulheres têm para realmente estar nessa discussão.

Irene Cardoso, ABA (ST Conhecimento)

Boa tarde, nós não discutimos só as propostas do segundo Planapo, nós discutimos outros dois assuntos que eu acho muito importante colocar aqui:

- a) A necessidade de construir uma proposta de formação em rede e horizontalizada em agroecologia no Brasil, construir diretrizes para essa proposta de formação em rede e em massa no Brasil, envolvendo tanto a educação formal, quanto a educação informal. Então, nós precisamos começar a pensar nessas diretrizes, para isso a gente precisa identificar quais são as nossas ações de formação, além dos gargalos nesse processo de formação. Precisamos começar a pensar em instrumentos onde a gente possa identificar, registrar e armazenar, ao mesmo tempo socializar todas essas informações.
- b) O projeto de sistematização das experiências dos núcleos de agroecologia que a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, está fazendo em parceria com o MDA, a partir de projetos via CNPq. Nós vamos fazer essa sistematização de forma participativa no Brasil, e para isso nós vamos construir seminários e vamos visitar experiências nas cinco regiões brasileiras.
- c) Sobre o Planapo, a gente precisa primeiro entender porque tantas iniciativas foram cortadas, uns 60% no mínimo foram cortadas. E dessas propostas que foram cortadas algumas a gente tentou reincorporar, as mulheres também incorporaram algumas ações, como foi feito anteriormente. E a gente discutiu algumas ações que nós consideramos prioritárias, independentemente até de não conseguir lançar no Plano Safra. Pedimos que sejam priorizadas todas as ações relacionadas a ATER; os editais para os núcleos de agroecologia. Destacamos que a iniciativa de construir o edital 81/2013, num pool de ministérios, foi muito interessante, porque conseguiu articular várias ações. E agora o mapa lança o edital para os IFs, e o MDA não lança para as universidades e se criou muita confusão, e muitos questionamentos entre os coordenadores nos núcleos. E isso enfraquece as propostas de núcleo. A gente também está pedindo que as ações de comunicação que foram todas retiradas, que voltem.
- d) Quanto à comunicação, na última plenária da CNAPO, teve uma reunião específica, com o pessoal da comunicação do Ministério da Comunicação, e eles fizeram propostas de comunicação, que inclusive não dependem de recurso financeiro. É só articular o que já existe, por exemplo, colocar na TV Brasil as curtas agroecológicas que a ANA já produziu, já estão prontas.
- e) Uma outra ação que a gente considera importante tem a ver com a juventude, e a ação que a gente priorizou é a criação dos pontos de agroecologia em parceria com o Ministério da Cultura, porque é nos moldes dos pontos de culturas. E a gente está pedindo, para que crie pelo menos um em cada região do Brasil, a título experimental como piloto, para a gente testar e que isso seja feito em parceria com a juventude. Quem fez esta proposta dos pontos de agroecologia foi a Rega e a Rega está em conversa com a PJR e com a FEAB, pelo menos esses três coletivos, mais outros.
- f) Por último, a gente não entendeu, porque que as ações do PROESTE e do PRONATEC saíram do plano. Nós precisamos inclusive discutir como é que a agroecologia entra na rede da educação formal, como é que o CNPq vem para a construção da agroecologia, a CAPS e isso para o MEC seria muito importante. Então, a gente está pedindo que pelo menos as ações do PROESTE, do PRONATEC voltem, e que a gente faça uma conversa para que essas ações, o PRONATEC, por exemplo, que também possa destravar burocraticamente para que eles possam ter a participação das CEFAS, as Escolas Famílias Agrícolas, etc.

Mariângela, MEC

Boa tarde a todos. Venho participando desde o início da construção do PLANAPO. Então, este período da construção do segundo eu estava mais ausente, por motivos particulares, mas eu gostaria só de fazer um esclarecimento com relação ao PROESTE. O PROESTE entrou no PLANAPO não como meta, mas como iniciativa, porque o PROESTE lança editais. Nesses editais, a linha de agroecologia está mantida, só que não tem como quantificar, porque depende da aprovação de cada projeto. Então, foi colocado que não seria como meta, mas como iniciativa que entraria dentro do PLANAPO. E as outras questões que a colega coloca aqui, a gente já teve uma conversa inicial junto à Secretaria Executiva do MEC. Então, Cássia e eu já conversamos e vamos fazer essas tratativas internamente nessas discussões bilaterais.

Rogério Dias, MAPA

É só para responder para Irene, já que eu fui citado por ela. Para esclarecer a questão dos editais, e porque que foi só para a questão dos núcleos nos Institutos Federais. Na realidade nós passamos o ano passado tentando articular que a gente conseguisse voltar a fazer um edital com todos os parceiros como foi em 81. Infelizmente, como o ano passado foi um ano complicado financeiramente para muita gente, o pessoal foi saindo e não dando respostas. No final, o potencial parceiro que a gente tinha era a CETEC, que é do Ensino Técnico/Tecnológico. Então, a CETEC só pode colocar recursos para os institutos, e a gente tinha uma situação em que as universidades a maioria delas estava sendo trabalhadas com recursos do MDA. E que nós não conseguimos, inclusive, monitorar situação desses núcleos que estão com recurso do MDA, para as universidades. Então, isso a gente sabe que é uma falha, que a gente vai ter que melhorar nessa questão do monitoramento e acompanhamento. No início houve uma decisão em algum momento que o MDA só apoiaria universidades. Então, nós ficamos de apoiar os institutos para equilibrar. O edital 81 teve 30 milhões. Destes 30 milhões, 16 milhões eram do MDA, e o MDA disse assim, os 16 milhões são só para universidades. Então, a gente teve que fazer um pool pegando CETEC e MAPA, tal, MDA e tal, para tentar garantir que a gente pudesse ter chamada também para os institutos federais. Uma forma de buscar um equilíbrio e hoje a gente tem uma quantidade de institutos. Nossa grande preocupação é que a gente estava sabendo que vários dos editais estavam encerrando e os núcleos iam ficar sem nenhum recurso. E a maior preocupação dos coordenadores dos núcleos, é que estariam perdendo os bolsistas, porque o recurso de bolsas era fundamental, para manter a equipe de trabalho nestes núcleos, que muitas vezes estão sendo sustentados pelos bolsistas, que trabalham no dia a dia ali. Então, tanto é que o recurso é um recurso muito pequeno que a gente conseguiu juntar só do MAPA, mas a grande preocupação é que ele fosse rápido, e nós queríamos que ele fosse lançado no ano passado. Acabou que ele foi ser aberto esse ano, e já criou até um espaço, porque até ser selecionado os projetos e tudo isso, já vai ter muito núcleo que já vai ficar sem recursos durante alguns meses, mas não foi um critério de dizer assim, nós não queremos trabalhar com universidades. Isso veio em um processo, e a gente tem que ver esse ano, eu já conversei inclusive com o Cássio, que a gente tem que melhorar essa conversa em torno de como é que a gente faz para estruturar, porque entendo que a iniciativa dos núcleos talvez tenha sido a grande iniciativa de articulação que a gente teve dentro do PLANAPO. Quando a gente conseguiu, eram 5 ministérios envolvidos, agora o MPA acabou, mas eram 5 ministérios trabalhando em torno dessa questão. E uma outra questão importante, é que no MEC, nós nunca conseguimos chamar para cá, por exemplo, a CESUR, nós nunca conseguimos nada de participação de outras áreas.

Irene Cardoso, ABA (ST Conhecimento)

Não adianta explicar, a gente não entende. Porque na verdade os editais, os núcleos eles vem anteriormente acontecendo isso, 58 foi MDA para as universidades, 46 foi MAPA para

os institutos. Então, vem essa política que a gente não sabe onde foi a decisão de que o MAPA coloca dinheiro nos institutos, MDA nas universidades, eu acho que a gente tem que parar com isso, tem que sentar e discutir. Porque tudo isso que você relatou aqui agora para os institutos é o que vai acontecer com as universidades, caso não seja priorizado. Vão acabar agora em junho, a gente vai ficar sem bolsista e vai terminar as ações dos núcleos, não de todos, porque alguns vão manter independente de recurso do MDA ou do CNPQ, outros estão tentando outros recursos. Mas a gente precisa é disso, como é que a gente faz uma articulação aqui neste território minado da Esplanada dos Ministérios.

Verônica Santana, MMTR-NE

Rogério, Irene ininteligível. A gente neste instante não se abraçou, gente, vamos com calma muita calma nessa hora. Eu acho que, teve algumas coisas que Irene trouxe e o Rogério fez uma tentativa pelo menos de esclarecer. Teve o esclarecimento do PROESTE, mas eu acho que no restante a Irene não traz nada polemico. Então, eu acho que está aprovado pela Plenária, todas as contribuições e observações que a este conhecimento trouxe, e tem coisas que na verdade a CIAPA é quem vai ter que responder e aí vai para a CIAPA. Mas da parte da nossa de Plenária não existe discordância é isso?

Rogério Neuwald, SG/PR

Nós fizemos tratativas junto ao Ministério da Cultura, encaminhamos aquela proposta que a Irene comentou, fizemos um esforço de tentar incorporar o Ministério da Cultura no nosso plano. A proposta foi vista com muito bons olhos, o Ministério da Cultura se propõe a discutir a possibilidade de pontos de cultura agroecológica, é o termo que foi usado, o ponto de agroecologia, mas não conseguimos construir uma proposta, para ser incluída no plano. Mas o diálogo com o Ministério da Cultura está acontecendo e nós temos esperança de avançar, já que o Ministério da Cultura gostou da proposta dos pontos de agroecologia, os pontos de cultura agroecológica etc., e cabe a nós levar essa proposta adiante.

Em relação à comunicação, houve uma reunião, no Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, da qual saiu uma proposta encampada pelas áreas de comunicação de vários ministérios. Temos que trabalhar no sentido de construir ações dentro dos Ministérios que levem à comunicação, porque a CNAPO não tem uma estrutura de comunicação. Agora uma estratégia que deve ser construída é a estratégia de cada Ministério poder levar isso adiante, mas isso dificilmente nós da CNAPO teremos condições de construir. Caso seja uma deliberação do Planapo, com aprovação de todos os Ministérios que fazem parte da CNAPO e da CIAPO, todos terão que trabalhar. Mas de nossa parte nós assumimos o compromisso dos pontos de agricultura agroecológico ou cultura agroecológica, enfim, estamos tratando com o Ministério da Cultura e vamos levar esse debate adiante.

Fernando Prioste, Terra de Direitos (GT Terra e Território)

Boa tarde a todos e todas. Sou Fernando da Terra de Direitos, sou advogado Popular e eu vou dividir a apresentação em dois pontos, um relacionado ao PLANAPO e outro à instalação da ST. Participaram das reuniões os seguintes integrantes que estão aí, FUNAI, MMTR, MMA, APOINME, a ABA, a CEPPIR, a Secretaria de Governo, o INCRA, o MDA e a Terra de Direitos.

Instalação da ST

- a) Foram definidos temas de trabalho para 2016;
- b) Debatidas as seguintes questões: objetivos, ementa, a finalidade e temas, análise da sua composição, etc.;
- c) Quanto aos membros: com relação ao órgão de governo, o Ministério do Meio Ambiente, a FUNAI, INCRA, IPHAM, o SPU, o MDA. Quanto ao MDA, avaliamos que

precisa ter um integrante que fique direto neste tema, mas que haveria um grande rodízio também de outras pessoas, conforme o tema a ser discutido, o ICMBIO, o IBAMA, a SEPPIR e a Secretaria de Governo. Por parte da sociedade civil a sugestão que a ST fez é a CNPCT, que a CNPCT indicasse um membro de participação, não necessariamente um membro do Conselho, o Conselho Nacional de Política Indigenista também é o mesmo procedimento, embora o Conselho ainda não tenha sido instalado ainda, a articulação de mulheres pescadoras, a CONAQ que é a Coordenação de Quilombos, o Conselho Indigenista Missionário, a CPT, a PIB, as Mulheres Mangabeiras, a Comunidade Matriz Africana de Povos e Terreiros precisam também ter uma representação, precisa definir quem indica e qual órgão indica. A ATR que é a Associação de Advogados e Advogados Trabalhadores Rurais da Bahia, a Terra de Direitos.

Planapo 2

Fizemos uma síntese do que o GT Território apresentou e o que foi devolutiva da CIAPO e temos um panorama que não é muito promissor:

- a) GT Terra tinha dois objetivos, ficou com um objetivo;
- b) Metas eram 14, ficaram 3, ou seja 11 metas foram suprimidas;
- c) Nas iniciativas 89 sugestões e ficamos com 22, com 67 iniciativas suprimidas.

Uma análise geral nos mostra que muitas questões, principalmente aquelas mais duramente afetadas a questão de terra, território foram limitadas em função do que tem no PPA. Mesmo as iniciativas aceitas, tiveram um rebaixamento, que no nosso ponto de vista dificulta muito a implementação do que a gente pretende que a democratização do acesso a terra, a garantia dos direitos territoriais.

Solicitamos que essas propostas e iniciativas que não entram propriamente no plano, fiquem e constem como uma recomendação. Recomendação expressa para que a gente possa trabalhá-las no prazo de dois anos, que é quando vai ser feita a revisão do PPA e ali possa ter recurso para cumprir com as metas minimamente necessárias. Mas que nesse meio tempo, mesmo até o dia 30 de maio, seja feito um esforço adicional do que a CIAPO já fez, que nós sabemos, para a revisão de algumas metas, principalmente essas que não são afetadas diretamente a recurso como a realização de um plano, como a revisão de normativas internas do próprio INCRA, que apesar de não precisar de recursos, precisa sim de muito esforço para um enfrentamento político central, que é na questão relacionada a viabilidade, inclusive técnica administrativa de realização do trabalho. Basicamente é esse o relato da ST. E nós estamos bastante contentes com a instalação da ST, que foi uma recomendação feita do GT, durante a realização do estudo, achamos que tem possibilidade muita de contribuição, a partir desse Conselho no desenvolvimento dessas questões relacionadas a terra, território e temos noções também de que o desafio é gigantesco e que vão precisar da soma dos esforços desse Conselho e de outros e principalmente do protagonismo dos movimentos sociais. Obrigado.

Verônica Santana, MMTR – NE

Então, eu era do GT Terra e Território, e agora sou dessa recém-instalada Subcomissão, e além das organizações e dos órgãos que Fernando trouxe, a gente também pensou em fazer convite também a quem já faz parte da CIAPO, que quiser dar uma contribuição nessa subcomissão também. Bem vindos e bem vindas.

Rogério Neuwald, SG/PR

Fernando, encaminhar junto aos demais órgãos, tentar viabilizar apoios na presença de demais pessoas é fundamental. E a gente assume esse compromisso com vocês de nesse curto período até a próxima Plenária de ver o que a gente consegue solucionar e encaminhar. Mas eu queria elogiar o trabalho da comissão, a instalação da subcomissão. Ressaltar a participação da FUNAI, que está vindo se inserir mais presentemente e pedir desculpas pelo Ruan, representante da FUNAI, que teve outra agenda hoje, mas está participando da CNAPO. Não que não tivesse, mas agora de uma forma mais orgânica, digamos assim, e elogiar o trabalho o início e que sirva de exemplo a apresentação de vocês, no sentido de que um pouco do que a gente quer construir em relação a subcomissões, que tenha uma apresentação que possa ser acumulada, que possa ser trazida e mais do que isso, vocês já pautaram as próximas reuniões de vocês que é um limite que encontramos. A gente parabeniza e assume os compromissos com vocês aqui do que for nossa responsabilidade, a gente vai encaminhar o melhor possível.

Carmem Munarini, MMC (ST Sementes)

A comissão se reuniu ontem e nos sentimos prejudicadas, porque reduziu bastante o número de participantes. Outra questão que prejudicou foi o não envio prévio do 2º PLANAPO, para que a gente pudesse estudar. Outra questão foi os cortes do governo que são grandes, e afetam diretamente as políticas públicas da agricultura familiar e camponesa. A outra preocupação é com a contaminação dos transgênicos, que cada vez está pior, o pessoal está se queixando, as sementes estão ficando cada vez menos, porque há uma erosão muito grande nas nossas sementes por conta dos transgênicos. Outra dificuldade também que nós achamos foi a da participação do PAA sementes por conta da burocracia. Como fazer com que existam as comissões ou como fazer para o PLANAPO ir para os nossos municípios, para os nossos territórios. Essa é a outra indagação que ficou no ar também para nós irmos organizando cada vez mais. Firmamos uma parceria junto com a EMBRAPA na questão da abertura dos bancos de sementes. Neste sentido foi um avanço que o nosso GT sementes teve nessa parceria com o pessoal da EMBRAPA. A outra questão que também está sendo elaborada e que está aqui junto as propostas do 2º PLANAPO, é a questão dos guardiões e guardiãs de semente dos mantenedores das raças animais do trabalho específico ao semiárido, o trabalho em rede ou em comunidades tradicionais que abrange mais. Então, nesse a gente tem vários que eu não vou passar um por um, mas eu acho que é nesse sentido que vai avançar agora a nossa proposta para o 2º PLANAPO. E a outra questão que nós achamos que o avanço também é a questão do programa nacional de sementes da agricultura familiar, que também não está bem terminado, mas está em fase de elaboração ainda. O PAA semente ele precisa sofrer uma ampliação e também é um desafio grande na questão da certificação, que ainda tem que reajustar muita coisa, mas é um grande salto de qualidade da possibilidade de nós termos hoje esse argumento, esse elemento mais que é a questão do PA semente. Como será feita a avaliação do PLANAPO 1? E sobre as nossas propostas e iniciativas das sementes? Tem. Então, sobre essas iniciativas a gente viu que a linguagem que inclui mais, por exemplo, o homem que fala agricultor, fala agricultora no lado. Essas coisas mais de gênero que faltou. Então, foi colocado em vários, por exemplo, aqui, 50% da participação de mulheres na sua gestão. A outra questão, que foi feita uma iniciativa nova que ficou sem “pai”, mas os “pais” têm que se reunir e ver como é que faz, porque não dá para ficar uma criança desamparada. A iniciativa é “lançar chamadas de melhoramento genético para o desenvolvimento de sementes varietais para a produção orgânica e de base agroecológica com ênfase nas hortaliças”.

Verônica Santana, MMTR – NE

No ato de hoje com a Presidenta Dilma, entregamos a carta da ANA, a carta das mulheres da CNAPO e o PLANAPO.

Paulo Rogério, APA-TO (ST Sociobiodiversidade)

Boa tarde. Nós também tivemos algumas dificuldades em função de ter recebido o documento da PLANAPO 2, por pouco tempo para poder comparar. Primeiro a gente observou que tinha um conjunto de ações da FUNAI, do serviço florestal brasileiro, da EMBRAPA, da SEPPIR e de alguns outros órgãos que estavam até em versões anteriores na proposta da PLANAPO 2, e elas acabaram não constando na versão que nós recebemos. É fundamental resgatar, porque tem ações bastante interessantes, que estão com a coordenação desses outros Ministérios.

Nessa mesma lógica o que a gente observou que tinha um conjunto de ações da EMBRAPA relacionada a sociobiodiversidade, com exemplos de alguns projetos do GEFI do GIAS, que também não estavam. Então, tem um conjunto de outras ações da EMBRAPA que precisam ser resgatadas que são importantes voltarem para o plano. Em relação a ATER, nós temos uma ação ligada ao ATER, ligado ao humanismo florestal e a gente vê que só tinha no fundo recursos que vinham do SBF. Então, ficamos sem saber se tem recursos do MDA que somam com os da SBF para fazer essas ações de ATER. Isso ficou sem muita clareza no momento, é importante que o MDA dê uma olhada nessa ATER específica.

Verificamos também uma série de outras ações que estavam relacionadas a adequação e acesso ao crédito específico para os extrativistas e também não estavam presentes na planilha final. Acharmos fundamental financiar a infraestrutura de barcos e energia e de alguns equipamentos para os extrativistas. Quando a gente pensar no fomento para o extrativismo, não adianta só pensar no fomento de apoio ao processo extrativista em si, mas que é importante que se pense que também que precisa ter barco e energia, tem um conjunto de outros apoios para que você consiga de fato avançar no extrativismo.

O PAA e o PNAE, nós identificamos na meta 6.6, que ela estava como uma meta misturada dos dois programas e o grupo achou que era interessante isso dividido, PAA e PNAE, para que a gente pudesse realmente avaliar e monitorar a execução da sociobiodiversidade de dentro dessas políticas importantes.

Outra coisa que o pessoal achou que era interessante também, é que a gente deveria ter alguma coluna que informasse para que regiões ou biomas estão direcionadas as iniciativas.

Padronizar a linguagem do PLANAPO, usando “povos indígenas, povos de comunidades tradicionais e agricultores familiares”, formato que já está sendo utilizado pelo grupo do PNCT.

Nós não encontramos dentro do PLANAPO metas, ações e objetivos ligados a pesca artesanal. Então, nós ficamos na dúvida se isso está na produção, mas é fundamental que a gente tenha iniciativas para a pesca artesanal.

E também vimos que precisaria coletar um pouco os dados com o MDS da iniciativa ligada ao PAA.

No Eixo Recursos naturais a ideia era precisamos resgatar um pouco as iniciativas relacionadas aos programas de recuperação ambiental, os PRAs. O pessoal até do serviço florestal falou que poderia estar dialogando com o CIAPO para ver se consegue encaminhar novamente essas iniciativas.

As metas 2.3, 2.4 achamos que talvez fosse mais interessante juntar. Também é importante resgatar a meta relacionada à segurança hídrica. Com relação às energias renováveis, que foi um conjunto de objetivos e ações que entraram, ficamos preocupados porque muitas vezes com o discurso da energia renovável, você vem causando um conjunto de conflitos muito grande junto às populações. Então, a gente observa que muitas vezes avançar nas energias renováveis é bastante importante, mas importante também ter bastante cuidado e garantir também o protagonismo e o diálogo realmente com as populações, para que isso não sirva realmente de mais um instrumento para o capital conseguir lucrar em cima das áreas e dos territórios.

Em relação ao CAR, se torna importante buscar soluções para inscrição no SISCAR, das áreas não regularizadas que são ocupadas pelas populações indígenas e povos e comunidades tradicionais. A gente vê que tem ações do CAR, mas elas estão todas ligadas no fundo as propriedades privadas, muitas vezes da própria agricultura familiar. Não conseguimos enxergar a ação que pensada no CAR e nos territórios. Então, os territórios acabam não conseguindo a regularização do CAR. Achamos que talvez fosse interessante que de alguma maneira ficasse explícito dentro do PLANAPO, que a ação de ATER ela está contribuindo com o CAR e de que forma.

Então, a partir daí nós entendemos que existiam algumas ações que são prioritárias para a sociobiodiversidade e para os recursos naturais. Algumas questões podem e devem ser levadas juntas do Plano Safra, mas algumas outras talvez não caibam no Plano Safra, mas entendemos que são ações prioritárias dentro dos dois eixos. O primeiro é regulamentar o código florestal no que se refere às temáticas relacionadas ao manejo florestal comunitário, familiar incentivando o manejo e uso sustentável de espécies nativas. Articular recursos, não reembolsar fundos e cooperação multilaterais para apoio a projetos de inclusão produtiva sustentável, para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais extrativistas.

Emissão de 100 mil documentos de aptidão ao PRONAF, promovendo a devida adequação da declaração. Adequação de linhas de crédito do PRONAF, as especificidades dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em todo o País. Promover ações de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal, sustentável do uso múltiplo é uma necessidade muito grande para as populações.

Tanto o extrativista como a gestão a gente entende que é fundamental que a gente avance nesse próximo Plano Safra, nas ações de ATER para as comunidades extrativistas. Ampliar a quantidade, acesso, promover ações, ampliar a quantidade e qualidade de articulação junto aos órgãos de potenciais compradores, o PAA e o PNAE. Então, entendemos que é fundamental que os produtos da sociobiodiversidade consigam estar presentes de forma mais significativa dentro do PAA e do PNAE.

Apoiar projetos voltados a estruturação e implementos econômicos, coletivos usando as etapas de produção, beneficiamento ou comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade no bioma Amazônia. É fundamental o ECOFORTE ser fortalecido. Elaborar e implementar o programa nacional de aproveitamento de fontes renováveis, energia pela agricultura familiar e comunidades tradicionais. Você vê que por mais que exista uma preocupação com a forma, que essas energias renováveis estão chegando, entendemos que elas são fundamentais. Implantar unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela Agricultura Familiar, pelos povos indígenas e povos de comunidades tradicionais, empreendimentos de base agroecológica, e mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energias, pela Agricultura

Familiar, pelos povos indígenas, povos de comunidades tradicionais e financiar projetos para recuperação Florestal.

Rogério Neuwald, SG/PR

Na segunda noite, nós nos reunimos, a subcomissões e a mesa coordenadora. Tiramos esse encaminhamento, ou seja, que as ST, além de analisar a proposta, fizessem um primeiro exercício de ações que são fundamentais ou prioritárias e o Paulão trouxe isso, assim como outras ST. É um primeiro exercício que a gente vai construindo conjuntamente. Acho que isso é fundamental, porque cada vez a gente consegue, vai dando mais foco. E reforçar Paulão, quanto àquela demanda da ST Sociobio, da questão do MATOPIBA. Temos que fazer uma construção, nós, CONSEA E CONDRAF, de uma mesa de controvérsias sobre o MATOPIBA, que é um tema relevante, até pelo que tem sido colocado em relação a ter uma toda uma prioridade dentro do MAPA. Não prometo para você, que a gente vai fazer isso até a próxima Plenária, mas acho que nós temos que tirar isso como prioridade para nós esse ano, construir junto com o CONSEA, com o CONDRAF um debate bem aprofundado do dia inteiro.

Onaur Ruano, MDA

Eu percebi muita riqueza no relato das STs, resgate de propostas iniciativas, que no processo, por alguma razão foram suprimidas, perdidas, enfim. Algumas de fato foram, deliberadamente, por razões até que a gente já discutiu aqui, e retiradas pela impossibilidade de poderem ser executadas. Outras, eventualmente, se perderam até por questões operacionais, o tal copia e cola ou versão 1, versão 2, versão 3, versão 4, e isso vai para os Ministérios, volta dos Ministérios. Então, alguma coisa pode ter se perdido efetivamente. Então, essa contribuição que as STs tiveram ao olhar, ao resgatar algumas propostas importantes, que não estavam presentes na última versão, será muito importante que nós recebamos isso, de forma sistematizada. Então, não sei se era a isso que o Rogério se referia, de nos encaminhar um relatório do que foi produzido pelas STs, de sorte que a gente pudesse ter isso de forma organizada. E com a máxima agilidade possível, porque nós já estamos nesse processo agora, com o tempo bastante curto. E a gente faz uma devolutiva depois para cada uma e dessas iniciativas, que foram resgatados. O que aconteceu com elas, e eventualmente reincorporar aquelas que de fato foram perdidas, no processo. Eu acho que é fundamental, que a gente tenha isso, como produto desse trabalho rico, que as STs fizeram.

Rogério Neuwald, SG/PR

Sim, encaminharemos as planilhas e as considerações que cada ST produziu, até no máximo segunda ou terça, sistematizado. O que for planilha, manda só planilha, o que for possível sistematizar, a gente manda contribuições. Até terça-feira, a gente consegue fazer isso, a gente assume esse compromisso.

Temos que ler a proposta que veio, em relação à meta do eixo Produção, com a posição sobre o Fomento. *“Viabilizar o acesso de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtores orgânicos a Políticas Públicas Gerais de Fomento que apoiem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuados entre o governo e Sociedade Civil”*.

Onaur Ruano, MDA

Para ter coerência com a intervenção que fiz, onde no texto se diz *“Acesso a Políticas Públicas Gerais de Fomento que apoiem a Produção”*, entendo que ficaria mais adequado, acesso a Políticas Públicas Gerais que fomentem a produção e etc. e tal.

Verônica Santana, MMTR – NE

Foram levantadas duas questões. Ruano levantou a questão do Fomento, que tinha um entendimento que era só recurso, mas tinha outra coisa que se referia à questão do sujeito da política, que eram os produtores rurais. E aí me parece que nessa redação, nesse sentido não mudou, e também Rogério já tinha trazido uma preocupação, pela própria legislação, que criou a figura do produtor orgânico.

Francisco Dal Schiavon, MST

Para mim explica o problema, mas não resolve. Dentro do conceito, daquilo que se fala do Fomento. Então tem que estar mais claro que Fomento é esse, se não, não resolve mesmo o encaminhamento de antes. Só explica, mas não resolve. Dentro do conceito do que é Fomento? Se é o conceito que o Ruano está dizendo, tudo bem. Se é esse conceito, mas não é, depois quando vai lá, o conceito cada um vai dá o conceito dele. Então, dentro daquilo que a gente compreende como conceito de Fomento, continua o mesmo problema de antes, ele só explica, mas não resolve.

Jorge Ricardo, MAPA

Chicão, essa sua preocupação, na verdade a gente deixou mais claro, o que a gente está tentando entender como Fomento, com Política Gerais, e a sua preocupação para mim, elas vão traduzir, nas responsabilidades e nas iniciativas que vão se ater nessa meta, nas iniciativas e nas responsabilidades, elas vão fazer as diferentes recortes que possam fazer.

Rogério Dias, MAPA

Ali é só uma meta, quer dizer, que se propõe a fazer. Mas de fato, quem vai fazer acontecer são as iniciativas, e as iniciativas tem um corte específico, iniciativa MDA é exclusiva para o povo da reforma agrária, agricultura tradicional, e não sei o que. Nós temos iniciativa do MAPA, que são mais abertas. Por exemplo, quando a gente trabalha Fomento, à produção de produtos Sanitários Biológicos, qualquer agricultor do Brasil pode usar, não é nem exclusivo para produtor orgânico. Nós achamos importante fomentar o controle biológico, porque a maneira de incentivar uma transição agroecológica no Brasil inteiro. Então há iniciativas dentro PLANAPO que são genéricas, porque a gente quer mudar a lógica da agricultura brasileira, e têm iniciativas que têm que ser direcionadas mesmo, crédito diferenciado, recurso que são colocados sem ter que ter retorno, essas tem que ter realmente o público certo, só que no conjunto das ações de Fomento, nós temos várias ações, que elas não são exclusivas, mas eu acho que o problema se resolve nas iniciativas, eu entendo a sua preocupação, mas acho que na hora que detalha a iniciativa, aí fica claro para que público aquele tipo de ação que está sendo proposta.

Verônica Santana, MMTR – NE

O processo coletivo, democrático é assim mesmo. Quero dizer para Ruano que nós estamos organizando. Então, assim vieram, então, já outras propostas, essa coisa de já visibilizar que é legal, porque todo mundo já dá uma visão geral, para que a gente possa, vê se a gente tem condição de ficar com essa proposta, ou fazemos uma tentativa de uma outra proposta, mas essa é uma que a gente consegue chegar perto das nossas inquietudes. Vamos ler todo mundo junto, vamos dar uma lida.

Cássio, MDA

A preocupação é de todo mundo, quer dizer, se eu entendi certo a sua precaução, é que não possa ter dinheiro de fundo perdido, para grandes empresas que estão no orgânico. Então, é só a comissão garantir isso, que fica tudo no texto, acho que não cabe ao grupo grande assim, querer definir isso, mas acho que nós todos queremos, está claro.

Verônica Santana, MMTR – NE

Nesse momento nós temos uma proposta concreta. A Plenária pode sim, se posicionar, e a gente já sair com uma coisa amarrada, se a gente concordar com essa proposta de redação. Se não é a gente remete para outro espaço. Mas nesse momento, que a gente está tentando, é nessa tentativa de termos, de consensuar uma proposta.

Rogério Neuwald, SG/PR

Pessoal e também, a gente tem que ser realista, ou a gente tem consenso ou a gente vai para votação. Alguém é contrário como está colocado ali, Chicão, o problema continua, não tem consenso, tem que colocar em votação. Então, a questão, qual é o ponto polêmico aqui, é o fomento ou é os produtores orgânicos?

Onaur Ruano, MDA

É o entendimento de fomento que foi se consolidando aqui, no meu ponto de vista de forma equivocada, que se precisa esclarecer, tem que esclarecer no texto, então. Fomento não é recurso a fundo perdido, isso não é fomento. Fomento pode ser recursos a fundo perdido. Nós queremos só Fomentar agroecologia, produção orgânica, para pequenos ou queremos fazer de fato transformação na agricultura brasileira nesse sentido. Se separar uma coisa da outra, porque a visão fica contraditória, eu concordo também, no que se refere a transferência de recurso público a fundo perdido, para quem não precisa desse fomento, eu estou contigo, Chicão. Então, tem que arrumar um texto que conserte isto, se isso não conserta, eu acho que vai ter que adjetivar a que público nós estamos falando, que possa receber todos os fomentos, aí você exclui de outros Fomentos que não são financeiros, aqueles outros, os médios, a quem também se quer Fomentar, mas não transferir dinheiro a fundo perdido. Então, o problema é arrumar o texto mesmo. Eu acho que pode, com mediação, talvez sobressair isso, não aprovar definitivamente, trabalhar um pouco mais, e retornar depois, para que a gente aprove o texto final.

Rogério Neuwald, SG/PR

O Ruano fez uma proposta de tentar consensuar a redação, e só depois voltar, para a discussão. Na última plenária, nós encaminhamos uma proposta para o Ministério da Agricultura, em relação à pulverização aérea. Eles nos responderam, naquela plenária nós afirmamos, que nós definirmos a pessoa que iria participar, depois que o ministério da Agricultura Respondeu, não recebemos a posição da plenária, de quem seria indicado, para participar de uma reunião lá na Comissão, que trata desse tema, e isso é uma tarefa de todos.

Verônica Santana, MMTR – NE

Como a Sociedade Civil não chegou a essa conclusão, temos que tentar alguns nomes, a gente dá um tempinho para eles conversarem, tem um pessoal da campanha, que não está aqui hoje, tem outros segmento, da Sociedade Civil, hoje não temos o nome.

Rogério Neuwald, SG/PR

Nós fizemos um diálogo também com o pessoal da Campanha, e o Denis (ANA).

Verônica Santana, MMTR – NE

E a minha sugestão é o nome que eles escolherem, a gente definir hoje, que o nome que eles apresentarem aqui é o nome escolhido.

Rogério Neuwald, SG/PR

A sugestão é que a secretaria executiva da CNAPO dialogue com as pessoas da Sociedade Civil que fizeram parte do GT Agrotóxico e levantem essa indicação. Marciano, Fran, várias

peças participaram. Então, que as peças da Sociedade Civil que participaram, sejam consultadas pela secretaria executiva da CNAPO, para definir esse nome.

Verônica Santana, MMTR – NE

A gente finaliza a semana de trabalho aqui em Brasília, na quinta-feira, isso quer dizer que a gente tem um dia, para trabalhar nas nossas bases, nos nossos trabalhos. Mas dizer que essa semana, foi uma semana bastante intensa, mas que bom, que bom que a gente conseguiu concluir toda a nossa pauta, toda a nossa programação, apesar de toda a conjuntura de como a gente está conseguindo dialogar com os dois momentos, que nos momento que nos chama a resistência e a luta imediata, do não golpe, mas também ao mesmo tempo acreditando que realmente não terá golpe, e fazendo este esforço de continuar aqui nesse lindo planejamento. Então, assim, eu saio muito orgulhosa de todos e de todas nós, de termos conseguido concluir essa semana. E deixar um grande abraço para todos e todas e dizer assim, que nós já temos um encontro marcado para o dia 30 de maio, para o lançamento do nosso segundo PLANAPO. E, viva agroecologia! Viva nós! Viva a nossa sociedade!